

MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília-DF / 2016



ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015 APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO E À SOCIEDADE COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE JURISDICIONADA ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS IN Nº 63/2010, DA DN-TCU Nº 146/2015, DA PORTARIA TCU Nº 321/2015 E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

BRASÍLIA-DF
2016

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Macroprocessos Finalísticos.....	18
Tabela 02: Indicador de Desempenho – IARA.....	64
Tabela 03: Indicador de Desempenho – IOC.....	65
Tabela 04: Indicador de Desempenho – IBR.....	66
Tabela 05: Indicador de Desempenho – IPF.....	67
Tabela 06: Indicador de Desempenho – IAALR.....	68
Tabela 07: Indicador de Desempenho – IAAPR.....	70
Tabela 08: Indicador de Desempenho – IASISMC ²	72
Tabela 09: Indicador de Desempenho – IASISCOMIS.....	74
Tabela 10: Indicador de Desempenho – IASISCMILSEG.....	76
Tabela 11: Indicador de Desempenho – IASIGLMD.....	77
Tabela 12: Indicador de Desempenho – IAMDN.....	79
Tabela 13: Indicador de Desempenho – SISCOMIL.....	81
Tabela 14: Indicador de Desempenho – IAPSC.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Identificação de titulares, cargo, data de nomeação e exoneração.....	12
Quadro 03: Quadro Objetivo 0502.....	25
Quadro 04: Quadro Objetivo 0534.....	26
Quadro 05: Quadro Objetivo 0547.....	30
Quadro 06: Quadro Objetivo 0554.....	36
Quadro 07: Quadro resumo das ações de responsabilidades do EMCFA.....	38
Quadro 08: Ações – OFSS – Código 20X1.....	39
Quadro 09: Ações – OFSS – Código 20X5.....	42
Quadro 10: Ações – OFSS – Código 20X7.....	45
Quadro 11: Ações – OFSS – Código 14SY.....	47
Quadro 12: Ações – OFSS – Código 20X3.....	50
Quadro 13: Ações – OFSS – Código 2D55.....	55
Quadro 14: Ações – OFSS – Código 151D.....	57
Quadro 15: Ações – OFSS – Código 151S.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. ABREVIATURAS

A: área(s)
Ap: apoio(s)
Art: artigo(s)
Atv: atividade(s)
Brig-Ar: Brigadeiro-do-Ar
C Alte: Contra-Almirante
Cbn: Combinada(s)
Cj: Conjunta(s)
Cmt: Comandante
Emp: emprego
Front: fronteira(s)
Gen Div: General de Divisão
Gen Ex: General de Exército
Maj-Brig-Ar: Major-Brigadeiro-do-Ar
Mis: missão(ões)
Op: operação (ões)
Prep: preparação
Pres: presença
Prev: prevista(s)
Realiz: realizada(o)(s)
VAlte: Vice-Almirante

2. SIGLAS

ACISO: Ação Cívico Social
ACMD :Administração Central do Ministério da Defesa
AEGE: Assessoria Especial de Grandes Eventos
AIOp: Assessoria de Inteligência Operacional
AO: Ação Orçamentária
APOG: Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
A- 29: Super Tucano
BRABATT: Batalhão Brasileiro de Força de Paz
BRACOLPER: Brasil, Colômbia e Peru
BRAENGCOY: Companhia de Engenharia de Força de Paz
BRAMARCOY: Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz
C²: Comando e Controle
CAE: Chefia de Assuntos Estratégicos
CASNAV: Centro de Análises de Sistemas Navais
CAv: Controle de Avarias
CC²MD: Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa
CCDA: Centro de Coordenação de Defesa de Área
CCOPAB: Centro de Coordenação de Operações de Paz
CDS: Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CDT/UnB: Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB
CEMCFA: Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

CHELOG: Chefia de Logística
CHOC: Chefia de Operações Conjuntas
CIOp: Centro de Inteligência Operacional
COC: Centro de Operações Conjuntas
CODA: Centro de Operações de Defesa Aeroespacial
CCOPAB: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
COMDABRA: Comando de Defesa Aérea Brasileira
COMLOG: Comissão Logística Militar
CPE: Chefe(ia) de Preparo e Emprego
CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CT: Centro Telemática
CTA: Centro Telemática de Área
C- 130: Hércules
DMAvEx: Diretoria de Material de Aviação do Exército
DN: Distrito Naval
DN-TCU: Decisão Normativa-TCU
DQBRN: Defesa Química, Bacteriológica, Radiológica e Nuclear
DOU: Diário Oficial da União
EB: Exército Brasileiro
ECEMAR: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGED: Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa
EGN: Escola de Guerra Naval
EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END: Estratégia Nacional de Defesa
ESG: Escola Superior de Guerra
E- 99: Embraer 145
FA: Forças Armadas
FAB: Força Aérea Brasileira
FPC: Fiscalização de Produtos Controlados
FRO: Fundo de Rações Operacionais
FSM: Fundo do Serviço Militar
FTCC: Força-Tarefa Conjunta e Combinada
FTM: Força-Tarefa Marítima
F- 5: TIGER II
GLO: Garantia da Lei e da Ordem
GND: Grupo de Natureza da Despesa
HCamp: Hospital de Campanha
IEAv: Instituto de Estudos Avançados
IBAS: Índia, Brasil e África do Sul
IMBEL: Indústria de Material Bélico
INV: Investimento
JIL: Jornada de Interoperabilidade Logística
LOA: Lei Orçamentária Anual
MB: Marinha do Brasil
MD: Ministério da Defesa
MINUSTAH: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
ODC: Outras Despesas Correntes
OEA: Organização dos Estados Americanos
ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCE: Pedido de Cooperação de Ensino
PCI: Pedido de Cooperação de Instrução
PIOp: Portal de Inteligência Operacional
PND: Política Nacional de Defesa
PO: Plano Orçamentário
PPA: Plano Plurianual
PTRES: Programa de Trabalho Resumido
REFRON: Reconhecimentos de Fronteira
RGED: Rede de Guerra Eletrônica de Defesa
RM: Região Militar
ROC: Requisitos Operacionais Conjuntos
ROD: Rede Operacional de Defesa
RTI: Reunião Técnica de Inteligência
SC-1: Subchefia de Comando e Controle
SC-2: Subchefia de Inteligência Operacional
SC-3: Subchefia de Operações
SC-4: Subchefia de Logística Operacional
SCAI: Subchefia de Assuntos Internacionais
SCIE: Subchefia de Inteligência Estratégica
SCPE: Subchefia de Política e Estratégia
SEDEC: Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEORI: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional
SESGE: Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGLD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa
SIGLMD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa
SILD: Sistema de Informações Logísticas de Defesa
SINAMOB: Sistema Nacional de Mobilização
SINDE: Sistema de Inteligência de Defesa
SIOP: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPLOM: Sistema de Planejamento Operacional Militar
SISCOMIS: Sistema de Comunicações Militares por Satélite
SISMC²: Sistema Militar de Comando e Controle
SISTED: Sistema Tático de Enlace de Dados
SPAD: Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa
SRDT: Sistema Radiocomunicação Digital Troncalizado
SUBILOG: Subchefia de Integração Logística
TCU: Tribunal de Contas da União
TI: Tecnologia da Informação
UG: Unidade Gestora
UO: Unidades Orçamentárias
UNASUL: União das Nações Sul-Americanas
UnB: Universidade de Brasília
UNIFIL: Força Interina das Nações Unidas no Líbano
USAFRICOM: Comando dos Estados Unidos da América para a África
ZOPACAS: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

Apresentação	08
Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	10
Organograma Funcional.....	11
Chefia de Assuntos Estratégicos – CAE	12
Chefia de Logística – CHELOG	13
Chefia de Operações Conjuntas – CHOC	15
Macroprocessos Finalísticos.....	16
Planejamento Organizacional e desempenho Orçamentário e Operacional.....	20
Planejamento das Chefias do EMCFA.....	21
Programação Orçamentária e Financeira.....	23
Ações de Responsabilidade do EMCFA.....	24
Ação 20X1.....	39
Ação 20X5.....	42
Ação 20X7.....	45
Ação 14SY.....	47
Ação 20X3.....	50
Ação 2D55.....	55
Ação 151D.....	57
Ação 147F.....	59
Informações sobre Gestão de Grandes Eventos.....	61
Informações Sobre Governança.....	84
Relacionamento com a Sociedade.....	88
Informações sobre Gestão de Pessoas.....	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	04
LISTA DE QUADROS	03
LISTA DE TABELAS.....	03

ANEXOS

Anexo I – Plano de Trabalho Anual

Anexo II – Diretriz EMCFA - 2015

Anexo III – Cargos em comissão e funções de confiança do EMCFA

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão consolida informações referentes ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), tendo como base o ano de 2015, elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas – TCU nº 146/2015, TCU nº 147/2015 e TCU nº 143/2015 e da Portaria – TCU nº 321/2015.

A título de apresentação deste Relatório de Gestão cabe informar que o EMCFA, subordinado diretamente ao Ministério da Defesa foi ativado por meio da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

O Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013, aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

A execução de suas atividades, bem como dos departamentos subordinados, ocorre em estrita consonância com as competências previstas nos art. 9 a 23 do Decreto supracitado, assim como em total alinhamento com a Estratégia Nacional de Defesa (END), instituída pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 e revisada e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013.

No ano de 2015, o EMCFA executou recursos das seguintes Ações Orçamentárias:

2D55 - Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa

14SY - Apoio à Realização de Grandes Eventos

20X1 - Participação Brasileira em Missões de Paz

20X3 - Mobilização e Logística para a Defesa Nacional

20X5 - Comando e Controle de Defesa Nacional

20X7 - Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas

151D - Obtenção de Sistema de Defesa Antiaérea

2872 - Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório

6557 - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão

00P7 - Transferência para o desenvolvimento do satélite geostacionário

147F - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

Essas Ações pertencem ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa e 2057 – Política Externa.

No âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), cabe à Secretaria de Organização Institucional (SEORI) a execução dos recursos orçamentários alocados na Lei

Orçamentária Anual, as ações de correção, a gestão de pessoas, do patrimônio mobiliário e imobiliário, da tecnologia da informação e do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, assim como as informações de natureza contábil. Por isso, as informações referentes a alguns itens solicitados no Anexo Único da Portaria TCU Nr 321, não se aplicam à realidade desta Unidade Jurisdicionada (UJ).

Atinente à solicitação Execução das Despesas, ressalta-se que esta UJ não é Unidade Executora, sendo estas informações no âmbito do MD realizadas pelo Departamento de Administração Financeira, subordinado à Secretaria Geral do MD.

Quanto ao item Desempenho Financeiro e Informações Contábeis que exigem informações no tocante a tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de custos no âmbito da Unidade e demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, tais tópicos serão abordados no Relatório da Secretaria Geral em virtude da Administração Patrimonial e Execução Financeira ser realizada por Departamentos da SEORI/MD, subordinados à Secretaria Geral.

No que se refere aos itens Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU e Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle não serão tecidos comentários no presente relatório em virtude de não ter ocorrido nenhuma demanda no decorrer do exercício de 2015.

Esta UJ não possui outras informações sobre a gestão julgadas necessárias de comentários, além das já exigidas no presente Relatório.

Ao longo de 2015, foram consideradas como as principais atividades realizadas:

- Operação ÁGATA 9 e 10;
- Exercício de simulação AZUVER;
- Planejamentos para atuação nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016;
- Exercícios multinacionais: FELINO e PANAMAX;
- Participação nas Missões de Paz MINUSTAH (Haiti) e UNIFIL (Líbano);
- Operação de auxílio às vítimas do desastre de Mariana/MG;
- Operações de Garantia da Lei e da Ordem nos Estados do RJ e MS;
- Operação São Francisco (MARÉ), no Estado do Rio de Janeiro;
- Atuação protagonista nos Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); e
- Participação em reuniões bilaterais e trilaterais com diversos países da Europa, Ásia, África, América do Norte e países Sul-Americanos.

3. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

3.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios conjuntos e quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa.

O EMCFA é um órgão de assessoramento permanente do ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, competindo-lhe elaborar o planejamento do emprego conjunto da Marinha, Exército e Aeronáutica.

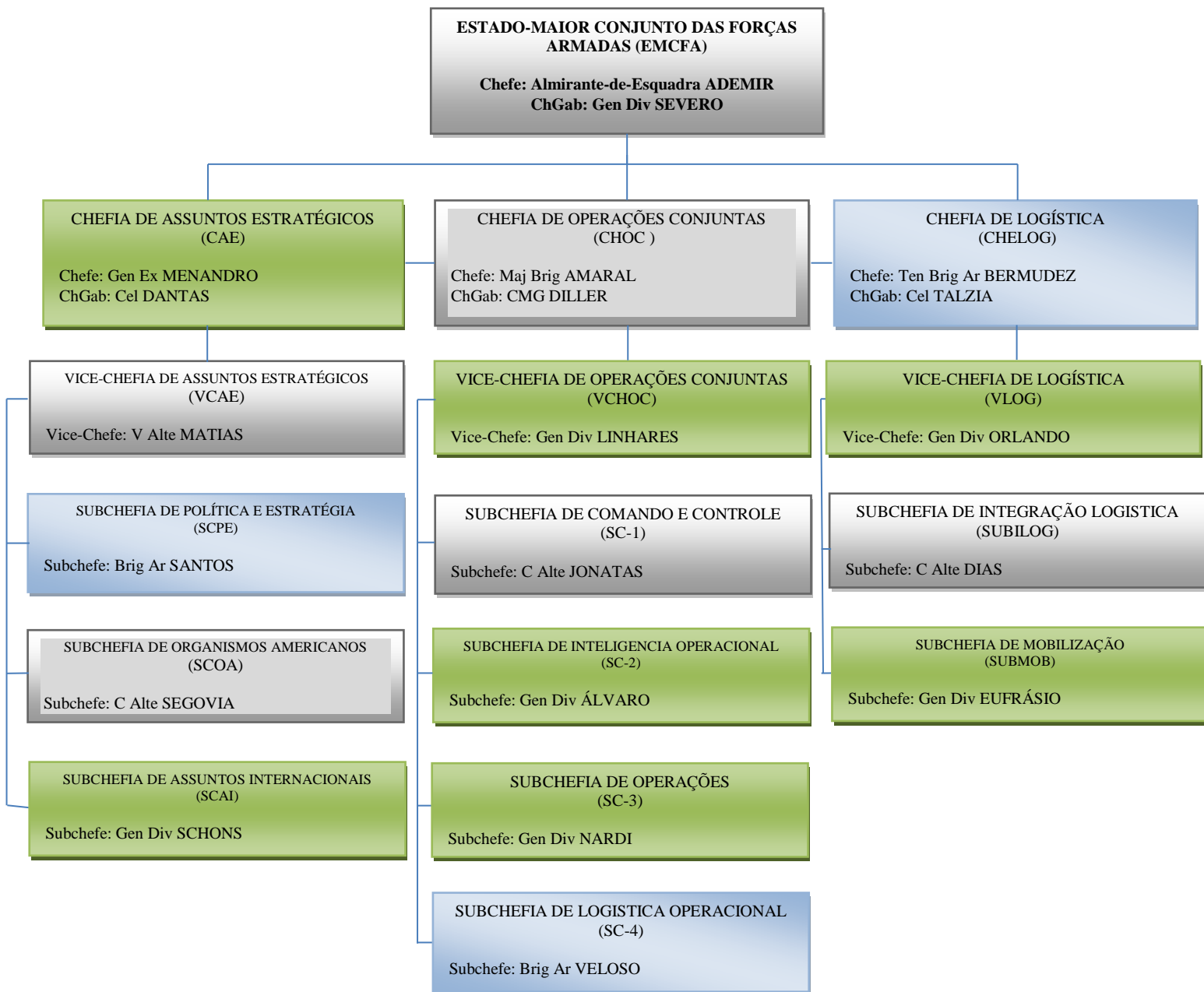
A instituição tem como atribuição, também, prestar apoio ao ministro quanto à atuação de Forças Brasileiras em operações de paz e auxiliar as ações de Defesa Civil.

Além de participar diretamente nos planejamentos e na coordenação das ações de emprego das Forças Armadas – quer em missões isoladas, quer em missões conjuntas, inclusive com a participação de outros órgãos da administração federal, estadual e/ou municipal, o EMCFA é o órgão do Ministério da Defesa encarregado de promover a unificação doutrinária, estratégica e operacional das três Forças, buscando ao máximo possível a interoperabilidade entre elas.

O EMCFA, subordinado ao Ministério da Defesa (MD), tem suas competências e atribuições estabelecidas na Estrutura Regimental do MD, aprovada pelo Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 (DOU de 2 de abril de 2013).

Assim sendo, elabora o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessora o Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos, dentre outros: políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos, no País e no exterior, logística, mobilização e tecnologia militar, articulação e equipamento das Forças Armadas. Deve, ainda, coordenar a atuação das chefias que lhe são subordinadas e dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas.

3.2 Organograma Funcional*



* Em 31Dez2015

Identificação dos titulares responsáveis pelas subunidades estratégicas

Nome	Cargo	Data de Nomeação
Alt Esq ADEMIR SOBRINHO	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas	08DEZ2015
Maj Brig Ar CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA	Chefe de Operações Conjuntas	15DEZ2015
Gen Ex GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS	Chefe de Assuntos Estratégicos	14ABR2014
Ten Brig Ar ANTÔNIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ	Chefe de Logística	25NOV2014

Obs: Dos titulares acima mencionados, nenhum foi exonerado ao longo de 2015

3.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

3.3.1 Chefia de Assuntos Estratégicos – CAE

A CAE passou por uma reestruturação ao longo de 2014, em função de estudos efetuados por dois Grupos de Trabalhos (GT), integrados por representantes de suas Subchefias, propondo mudanças na sua estrutura regimental.

O primeiro GT concluiu pela fusão da Subchefia de Inteligência Estratégica, (pertencente à antiga estrutura da CAE) , Inteligência Operacional, resultando na criação da Subchefia de Inteligência de Defesa (SIDE), subordinada à CHOC.

Como consequência da integração das inteligências estratégica e operacional, foi criado um segundo GT, a fim de que estudasse a realocação dos recursos existentes e dimensionasse a nova estrutura da CAE, de forma a se obter um ordenamento funcional, quer por regiões geográficas ou por temas, para trato dos assuntos internacionais, intra e interministério.

Assim, e considerando as crescentes demandas decorrentes de uma proativa participação brasileira em organismos internacionais, tais como o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), a Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA) e a Junta Interamericana de Defesa (JID), foi criada a Subchefia de Organismos Americanos (SCOA), cuja esfera de atribuições englobou as atividades de tais organismos, além de outros fóruns internacionais de interesse da Defesa.

Nesse contexto, a CAE passou a ter a seguinte estrutura organizacional:

3.3.1.1 Subchefia de Assuntos Internacionais – SCAI

Cabe à SCAI o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: condução dos assuntos internacionais que envolvam o Ministério da Defesa; atuação dos adidos de defesa brasileiros no exterior, bem como acompanhamento e orientação dos seus trabalhos e relacionamentos de interesse da defesa; atuação dos adidos de defesa acreditados no País; normatização a respeito do estabelecimento de representações militares de defesa brasileiras no exterior, de comissões militares de defesa estrangeiras no País e seus relacionamentos com o Ministério da Defesa;

condução das atividades necessárias à adesão a atos internacionais de interesse para a defesa, bem como o acompanhamento da sua evolução e do seu cumprimento junto aos organismos internacionais; e planejamento e acompanhamento, em coordenação com as Forças Armadas, das atividades de cooperação técnico-militar internacionais de interesse para a defesa.

3.3.1.2 Subchefia de Política e Estratégia – SCPE

Cabe à SCPE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: formulação e atualização da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Militar de Defesa, da Estratégia Militar de Defesa e da Doutrina Militar de Defesa; participação e organização de Diálogos Político-Estratégicos com nações amigas; participação em reuniões do Centro de Estudos Estratégicos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; e promoção de estudos e proposição de alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa, decorrentes dos objetivos, orientações e instruções constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;

3.3.1.3 Subchefia de Organismos Americanos – SCOA

Cabe à SCOA o assessoramento nos seguintes assuntos, dentre outros: aqueles afetos ao Conselho de Defesa Sul-Americano e Conferência de Ministros de Defesa das Américas; acompanhamento das políticas setoriais de governo e suas implicações para a defesa nacional, em ligação com as Forças Armadas e órgãos públicos e privados; elaboração de pareceres referentes ao posicionamento do Ministério da Defesa afetos às políticas setoriais do governo; assessoramento nos assuntos referentes aos organismos interamericanos e participação em fóruns interamericanos de interesse para a Defesa; acompanhamento da implementação da Política Marítima Nacional e da Política Militar Aeronáutica.

Cumprido ressaltar que tal estrutura somente será oficializada com a aprovação de decreto presidencial específico e a devida alteração do Regimento Interno do MD. Contudo, e a fim de se evitar solução de continuidade, foi estabelecido que a nova estrutura entrasse em vigor, de modo provisório, a partir de 1º de agosto de 2014.

3.3.2 Chefia de Logística – CHELOG

À CHELOG compete: assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à logística, geoinformação, mobilização e serviço militar; orientar, supervisionar e controlar as atividades das Subchefias subordinadas; coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças em proveito do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; coordenar, na sua área de competência, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos voltados para logística, mobilização e tecnologia militar; e propor ações e coordenar atividades de articulação e integração, interna e externa, para viabilizar, em sua área de competência, a integração de esforços e a racionalidade administrativa.

Para tal, a Chefia está subdividida nas seguintes Subchefias:

3.3.2.1 Subchefia de Integração Logística – SUBILOG

Cabe à SUBILOG o assessoramento nos seguintes assuntos: propor a formulação e a atualização da Política de Logística de Defesa e acompanhar a sua execução; formular a Doutrina de Logística Militar e a Doutrina de Alimentação das Forças Armadas e supervisionar as ações decorrentes dessas doutrinas; preparar e organizar os trabalhos da Comissão de Logística Militar; supervisionar os trabalhos da Comissão de Estudos de Alimentação das Forças Armadas; acompanhar os trabalhos das comissões de caráter permanente que tenham por finalidade estudar e propor medidas de interesse comum na área de logística de defesa; estabelecer e coordenar a implementação de medidas que visem a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas; estudar e acompanhar o ciclo de vida logístico dos itens de interesse das Forças Armadas; propor, periodicamente, os valores das etapas de alimentação para as Forças Armadas; e administrar a aplicação dos recursos do Fundo de Rações Operacionais, componente do Fundo do Ministério da Defesa, em conjunto com os demais órgãos envolvidos do Ministério da Defesa.

3.3.2.2 Subchefia de Mobilização – SUBMOB

Cabe à SUBMOB o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: elaborar a proposta da política e das diretrizes governamentais de mobilização nacional; elaborar e manter atualizada a diretriz setorial de mobilização militar e as instruções complementares; propor a estrutura do Subsistema Setorial de Mobilização Militar e orientar, normatizar e conduzir suas atividades; conduzir as atividades técnico-administrativas e promover o funcionamento da Secretaria-Executiva do Sistema Nacional de Mobilização; gerenciar os recursos do programa mobilização para defesa nacional; consolidar os planos setoriais de mobilização em proposta de Plano Nacional de Mobilização; elaborar e manter atualizada a doutrina básica de mobilização nacional; fomentar a capacitação de recursos humanos na área de mobilização nacional, prestando orientação normativa, fornecendo supervisão técnica e exercendo fiscalização específica em instituições credenciadas; elaborar o Plano Nacional de Mobilização Militar; planejar e coordenar as atividades do Serviço Militar e do Projeto Soldado-Cidadão; elaborar propostas de atualização da legislação do Serviço Militar; administrar o Fundo do Serviço Militar; e elaborar, anualmente, o plano geral de convocação e acompanhar sua execução pelas Forças.

3.3.2.3 Subchefia de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e de Mobilização – SUBAPS

Compete à SUBAPS: assessorar o Chefe de Logística em assuntos relacionados à interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças em proveito do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; coordenar, com a participação das Forças, e em articulação com a Subchefia de Logística Operacional, a aplicação de padrões e de modelos para o desenvolvimento e a manutenção de Sistemas de Informação que contribuam para o incremento da interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças Armadas; planejar e coordenar ações que contribuam para a formação e a capacitação de recursos humanos em prol do desenvolvimento e manutenção do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; assessorar o Chefe de Logística na coordenação das atividades de cartografia e de meteorologia de interesse militar; acompanhar as atividades de cartografia e de meteorologia em território nacional, como componentes do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; controlar o aerolevanteamento em território nacional; e coordenar as ações das seções subordinadas, intermediando a busca de soluções tecnológicas e inovações em prol do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa.

3.3.3 Chefia de Operações – CHOC

As principais atividades desenvolvidas pela CHOC estão relacionadas: ao assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos ao Preparo e Emprego Conjuntos das Forças Armadas; formulação e atualização da doutrina e dos planejamentos estratégicos para emprego conjunto das Forças Armadas; planejamento e coordenação do adestramento de emprego conjunto das Forças Armadas; proposição de diretrizes para o emprego singular das Forças Armadas; proposição de diretrizes, planejamento, coordenação e acompanhamento da atuação das Forças Armadas em Operações de Paz; proposição de diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades subsidiárias; e planejamento do emprego das Forças Armadas nas Ações de Defesa Civil.

Para tal, a CHOC está subdividida nas seguintes Subchefias:

3.3.3.1 Subchefia de Comando e Controle – SC/1

Compete à SC/1: propor a política e as diretrizes gerais para o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) e seus sistemas componentes, bem como exercer a coordenação de seu Conselho Diretor e operacionalizar as metas previstas no Plano Estratégico do SISMC²; em coordenação com as Forças Armadas, estabelecer, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto a estrutura do SISMC²; coordenar, com a Subchefia de Inteligência de Defesa (SIDE) as ações necessárias para garantir as medidas de segurança relacionadas ao SISMC²; coordenar as atividades referentes ao Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS); em coordenação com as Forças Armadas, propor e aplicar padrões e modelos a serem observados no desenvolvimento e na obtenção de meios componentes do SISMC², com vistas ao constante incremento da interoperabilidade entre as Forças, plataformas de combate e sistemas de comando e controle; assessorar e representar o Ministro da Defesa perante outros ministérios, agências governamentais e instituições públicas ou privadas, quando pertinente, nos assuntos relacionados ao SISMC²; participar do desenvolvimento da Doutrina de Comando e Controle de Operações Conjuntas e aplicá-la nos planejamentos estratégicos e operacionais relativos a situações de crise ou de conflito armado, bem como nas operações de adestramento conjunto; alocar os meios de Comando e Controle necessários às Ações de Defesa Civil; e acompanhar a evolução, em âmbito nacional e internacional, dos assuntos relacionados a sistemas de comando e controle, tais como: interoperabilidade, guerra centrada em redes, setor espacial, setor cibernético, estruturas estratégicas, segurança da informação e das comunicações e comunicações por satélites.

3.3.3.2 Subchefia de Inteligência Operacional – SC/2

Cabe à SC2 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da doutrina e diretrizes para a atividade de Inteligência Operacional para operações conjuntas; participação na elaboração do planejamento de emprego conjunto das Forças Armadas, na área específica de Inteligência Operacional, para cada uma das Hipóteses de Emprego, previstas na Estratégia Militar de Defesa; proposição da doutrina e diretrizes para emprego da inteligência humana e de imagens e das áreas de meteorologia, cartografia, sensoriamento remoto, guerra eletrônica, cibernética, tecnologia da informação e criptografia, no exclusivo interesse da atividade de Inteligência Operacional; e condução da atividade de Inteligência Operacional para as operações conjuntas.

3.3.3.3 Subchefia de Operações – SC/3

Cabe à SC3 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição das bases para a consolidação da Doutrina de Emprego Conjunto das Forças Armadas; elaboração do planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas para cada uma das Hipóteses de Emprego previstas na Estratégia Militar de Defesa e acompanhamento na condução das operações conjuntas decorrentes; proposição de diretrizes para o planejamento e o emprego das Forças Armadas: na Garantia da Lei e da Ordem; na Garantia da Votação e da Apuração Eleitoral; na cooperação com a Defesa Civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais; apoio e cooperação de medidas de orientação e treinamento de pessoas, nas áreas afetadas por desastres; e apresentação de relatório sobre as operações realizadas, procurando indicar medidas a serem adotadas com vistas a evitar ocorrências semelhantes.

3.3.3.4 Subchefia de Logística Operacional – SC/4

Cabe à SC4 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da Doutrina de Logística para o Emprego Conjunto das Forças Armadas; participação nos planejamentos estratégicos de emprego conjunto das Forças Armadas, sob o aspecto da logística; orientação, sob a ótica da Doutrina de Logística, dos planejamentos operacionais de emprego conjunto das Forças Armadas; coordenação do apoio logístico e das medidas administrativas pertinentes à participação de tropas em Operações de Paz; indicação dos meios necessários de apoio logístico, em natureza e quantidade, bem como localização geográfica, para oferecer capacidade de pronta resposta às situações de desastre; e proposição das organizações militares que ficarão responsáveis pela gestão das infraestruturas a serem empregadas nas situações de desastre.

A despeito da atuação em áreas diversas, todas as atividades desenvolvidas pelas Chefias convergem para um mesmo produto, qual seja: defesa nacional.

3.4 Macroprocessos finalísticos

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas em virtude de seu papel estratégico, aliado à relevância e ao volume de iniciativas de gestão a cargo de suas Chefias subordinadas, evidenciou a oportunidade de aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de coordenação existentes e de implementação de novas ferramentas de gestão condizentes com os desafios presentes e futuros do Ministério da Defesa. Desta forma, o EMCFA possui um Plano de Trabalho Anual (Anexo I) que é tornado público a todos os integrantes da Unidade.

O Plano de Trabalho Anual tem sido um importante instrumento de planejamento e de gestão, contribuindo de maneira significativa para o processo decisório no âmbito do EMCFA, sobretudo no que tange ao direcionamento e à priorização de recursos, bem como tem permitido o acompanhamento e o gerenciamento do desempenho do EMCFA em todo o seu espectro de atuação, por intermédio de dados e informações afetos a diferentes projetos e atividades.

Deste modo, em 2015, o EMCFA balizou as suas atividades em conformidade com esse Plano, cujas atividades realizadas nortearam-se, dentre outros aspectos, pelas missões atribuídas no Regimento Interno, das quais destacam-se as seguintes:

- coordenar a atuação das Chefias que lhe são subordinadas e dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas;

- propor o planejamento estratégico para atender às hipóteses de emprego e para os casos de emprego real do poder militar; e
- assessorar o Ministro de Estado da Defesa em assuntos como:
 - execução da direção Superior das Forças Armadas;
 - condução dos exercícios conjuntos;
 - atuação de forças brasileiras em operação de paz; e
 - emissão de diretrizes para emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz.

Logo abaixo está listado alguns Projetos vinculados ao EMCFA, cujas informações inerentes às justificativas/produtos encontram-se detalhadas em documento próprio de abertura de projeto.

Tabela 01 – Macroprocessos Finalísticos

Projetos	Justificativa	Produtos/Serviços
Preparo e Emprego das Forças Armadas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	O Governo Brasileiro manifestou o seu total apoio à candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e garantiu o empenho e cooperação para prover as garantias exigidas pelo Comitê Olímpico Internacional.	Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, realizados em ambiente seguro e pacífico Responsável Técnico: CHOC/AEGE.
Defesa Alimentar	A Portaria 996/SC-5 de 23 de Abril de 1990 aprovou a Doutrina de Alimentação e Nutrição nas Forças Armadas. Em face a sua relevância, essa Doutrina encontra-se em processo de revisão para a sua adequação às normas sanitárias e de saúde oficiais em vigor, e ao novo cenário nacional de emprego das Forças e de interoperabilidade logística.	Garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e definição das diretrizes para emprego estratégico, logístico e operacional. Proteção do potencial humano das Forças Armadas e garantia do emprego operacional da tropa. Responsável Técnico: CHELOG.
Aprimoramento do Sistema Doutrinário de Defesa	A necessidade do projeto em tela decorre da crescente demanda na revisão e confecção de publicações necessárias ao alicerce do arcabouço doutrinário de suporte à interoperabilidade nas Operações Conjuntas das Forças Singulares.	Equacionamento das atividades doutrinárias com foco no viés primário de Preparo e Emprego das Forças Singulares em Operações Conjuntas. Destinação dos Recursos Humanos previstos na tabela de cargos da Estrutura Regimental do MD à estrutura necessária à Doutrina de Defesa. Responsável Técnico: ADL/EMCFA
Centro de Coordenação Logística e de Mobilização	A implementação do Projeto Centro de Coordenação de Logística e de Mobilização se justifica ao se enquadrar no contexto da Missão do EMCFA, uma vez que servirá como fomento à interoperabilidade entre os sistemas logísticos e de mobilização das Forças.	A estruturação do CCLM e o desenvolvimento de seus sistemas de TI resultarão em uma melhor utilização dos meios logísticos da MB, do EB e da FAB, aumentando sua capacidade de pronta resposta e reduzindo os custos do emprego do poder militar, tanto em operações de Defesa Nacional quanto em atividades subsidiárias. Além disso, busca-se alcançar a eficiência nos processos relacionados à Mobilização Militar e à Mobilização Nacional. Responsável Técnico: CHELOG

O Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa é o órgão responsável pela administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, inclusive de execução orçamentária e financeira necessárias ao desempenho das atividades dos departamentos integrantes do EMCFA.

O MD se relaciona com as empresas diretamente, por meio de agendamentos, ou indiretamente, por meio das entidades representativas do MD.

Neste sentido, destacam-se o Comando da Marinha, Comando da Aeronáutica e o Comando do Exército, além de outras entidades como a Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE) – entidade civil sem fins lucrativos, o Instituto Pandiá Calógeras, Escola Superior de Guerra e outras parcerias.

Relevantes, ainda, são os relacionamentos Interministeriais, destacando-se o Ministério da Fazenda (MF), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e outros.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Nas últimas décadas, tem se intensificado o emprego de ferramentas de gestão, tanto na administração privada quanto na administração pública. Seja na busca de incremento dos lucros ou da qualidade dos serviços, verifica-se o crescimento da utilização de metodologias que propiciam meios aos administradores para vencer os crescentes desafios que lhes são impostos.

A mais utilizada dentre as metodologias até então desenvolvidas, o “Planejamento Estratégico” é um processo através do qual a administração visualiza o seu futuro e desenvolve as melhores práticas para alcançá-lo.

De forma simplificada, o processo descreve a missão e a visão otimista de como a organização deseja ser reconhecida em um futuro estimado, assim como os valores em que se fundamenta para cumprir tal missão e alcançar a visão almejada.

Para tanto, analisam-se seus pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças do ambiente em que se encontra inserida, de forma a se identificar estratégias para alcançar objetivos claramente estabelecidos, as quais são implementadas por meio de programas, projetos e planos submetidos a mecanismos de monitoramento de desempenho.

Foi, portanto, com base nesta metodologia, que um Grupo de Trabalho instituído por intermédio da Portaria Ministerial nº 1.789/MD, de 24 de novembro de 2010, composto por representantes de todos os setores do MD e dos Estados-Maiores das Forças, e presidido pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, desenvolveu o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), aprovado através da Portaria Normativa nº 3.962/MD, de 20 de dezembro de 2011, e atualizado por intermédio da Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 de janeiro de 2015, estabelecendo um método para o processo de planejamento estratégico no Ministério da Defesa.

Dessa forma, os esforços são direcionados, impedindo a dispersão de ações e de recursos.

O ciclo de gestão foi concebido com vistas a privilegiar o ganho de desempenho institucional da administração central do MD sob as 4 (quatro) perspectivas seguintes:

DA SOCIEDADE:

- permite à ACMD orientar as suas ações com foco em resultado e atender efetivamente aos anseios da sociedade em relação à Defesa.

DOS PROCESSOS INTERNOS:

- identifica os processos mais críticos e possibilita planificar e executar ações para aprimorá-los.

DO APERFEIÇOAMENTO:

- valoriza a capacidade das pessoas e dos sistemas de informação e a motivação da organização.

DO ORÇAMENTO:

- foca na redução dos custos e no ganho de produtividade, para a sustentação organizacional.

Em que pese o EMCFA estar inserido no contexto do Planejamento Estratégico do Ministério da Defesa, o planejamento da Unidade e das suas Subunidades, foram realizados por intermédio de Normativos, Diretrizes e outras publicações que foram disseminadas para todos os integrantes da Unidade.

Destaca-se a Diretriz EMCFA-2015, de 11 de março de 2015 (Anexo II), que foi apresentada em Auditório pelo titular da Unidade a todos os integrantes desse Estado-Maior. O evento de apresentação dos novos integrantes e das Diretrizes da Unidade está inserido na rotina anual do EMCFA.

4.1 Planejamento das Chefias do EMCFA

4.1.1 Planejamento da Chefia de Assuntos Estratégicos

Em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015 e a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015, a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) instituiu o seu Plano de Trabalho Anual para o ano em questão, com a contribuição de suas Subchefias, as quais foram responsáveis pela priorização e execução das atividades planejadas.

Além disso, a CAE norteou as suas atividades em conformidade com as suas competências, estabelecidas pelo Decreto Nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, assim como pelas alterações na sua estrutura regimental mencionadas anteriormente.

Nesse sentido, a estratégia de atuação da CAE, para o atendimento de suas responsabilidades institucionais, foram as seguintes:

- Participação em reuniões bilaterais e trilaterais com diversos países da Europa, Ásia, África, América do Norte e países sul-americanos, visando ao intercâmbio de experiências, bem como ao aprimoramento da gestão do conhecimento de defesa e ao fortalecimento da confiança mútua entre as instituições participantes;
- Atuação protagonista nas atividades constantes do Plano de Ação 2015 do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); e
- Participação em seminários, cursos, conferências, simpósios e fóruns de defesa no Brasil e no exterior, com os objetivos de desenvolver competências e aperfeiçoar a capacitação de recursos humanos em assuntos relativos à defesa nacional e defender posicionamentos e/ou interesses do Ministério da Defesa.

4.1.2 Planejamento da CHELOG

Como Objetivos Gerais, a CHELOG primou por elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Especificamente, a CHELOG primou pelos seguintes objetivos:

- Aquisição, conservação e manutenção de equipamentos e materiais relacionados à Tecnologia da Informação; contratação de serviços para o desenvolvimento do Sistema

de Informações Logísticas de Defesa (SILD); e qualificação técnica e doutrinária de pessoal para operar o SILD;

- Desenvolver o SINAMOB constituído por um conjunto de pessoal, instalações, equipamentos, doutrina, procedimentos e informações, tudo apoiado por Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que seja capaz de dar suporte às atividades de mobilização e desmobilização nacionais, interoperando o Órgão Central do Sistema de Mobilização (Ministério da Defesa) com os integrantes dos subsistemas setoriais de mobilização;
- Preparar órgãos e entidades da Administração Pública Federal e atores privados para planejar e executar atividades que concorram para o fortalecimento do Sistema Nacional de Mobilização, com base nos objetivos gerais e específicos dispostos na Política de Mobilização Nacional, bem como nas diretrizes governamentais correlatas; e
- Custear as atividades para consolidar a implantação e manutenção do SISMOMIL e para o funcionamento de sua estrutura no MD e nas FA; as ações para o gerenciamento das atividades de preparo da mobilização; e as despesas com o planejamento e execução de exercícios conjuntos de mobilização militar e para a formulação de Planos Setoriais de Mobilização Militar.

4.1.3 Planejamento da CHOC

A Chefia de Operações Conjuntas desenvolveu suas atividades em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015, levando em consideração suas competências legais e por intermédio das Subchefias subordinadas, nas áreas de: Comando e Controle, Inteligência Operacional, do Emprego Conjunto das Forças Armadas e Logística Operacional e Operações de Paz.

Desta forma, as ações da CHOC, para o atendimento de suas responsabilidades institucionais ao longo de 2015, foram as seguintes:

- Difusão da doutrina de Comando e Controle no âmbito das Forças Armadas e das Escolas de Altos Estudos Militares;
- Prosseguimento na implantação e aprimoramento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²);
- Evolução contínua e necessária de versões do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com atualização de equipamentos, software e capacitação de recursos humanos; realização de estágios de C² nos Comandos Militares de Área por ocasião dos exercícios de adestramento;
- Participação em operações multinacionais, com propósito de identificar subsídios para a evolução da doutrina e do SISMC²;
- Manutenção da infraestrutura, do suporte técnico e do apoio operacional às ações de C² das Forças de Paz no Haiti e no Líbano;
- Ampliação e modernização da rede do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) para servir de infraestrutura de telecomunicações do SISMC²;

- Manutenção em operação e prosseguimento da implantação e aperfeiçoamento do Sistema de Inteligência Operacional, por meio do fornecimento de imagens de satélites de alta e média resolução para auxiliar no planejamento das operações conjuntas;
- Na área do Emprego Conjunto das Forças Armadas, desenvolvimento de atividades de Inteligência que possibilitem um assessoramento mais seguro ao processo decisório da Chefia de Operações Conjuntas e um melhor planejamento para o preparo e o emprego conjunto das Forças Armadas;
- Execução das Operações Militares Conjuntas Atlântico IV (ambiente marítimo) e Anhanduí 2015 (ambientes terrestre e fluvial), empregando meios navais, terrestres e aéreos das três Forças Armadas, além das reuniões de planejamento estratégico, operacional e tático da Operação Rio 2016 (Jogos Olímpicos) e Amazônia;
- Participação nas Operações Multinacionais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Intensificação da presença das Forças Armadas nas faixas de fronteira, com a realização das Operações Ágata 9 e Ágata 10; prosseguimento na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti – (MINUSTAH); ampliação da capacidade operacional da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL);
- Prosseguimento da participação de militares brasileiros em diferentes missões de paz da ONU e da OEA; e
- Seminários e simpósios visando à difusão doutrinária, capacitação e atualização dos recursos humanos e atendimento às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, no tocante ao desenvolvimento nacional e ao apoio à Defesa Civil, no nível operacional, quando solicitado pelo Governo Federal e/ou pelos seus Órgãos.

4.2 Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados

O acompanhamento da execução física e financeira é coordenado e orientado pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA e realizado por intermédio da atuação dos Operadores das Ações Orçamentárias e seus Subchefes.

As atividades de acompanhamento são, quando pertinentes, complementadas com a produção de relatórios críticos que visam ao aperfeiçoamento das doutrinas vigentes e ao emprego judicioso e otimizado dos meios pessoais, materiais e dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

4.2.1 Objetivo do PPA 2012 – 2015, Ações sob responsabilidade do EMCFA

Os objetivos da unidade identificados no âmbito do PPA são:

0534 – Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

0547 – Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

0554 – Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrina e tecnologias e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional

4.2.2 Quadros dos Objetivos

Objetivo 0502

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional					
Código	0502	Órgão	52000 - Ministério da Defesa			
Programa	Política Nacional de Defesa		Código	2058		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
1	Profissionalização de 56.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"	Jovens	100.000	11.213	37.636	37,64
1.1	Nacional	Pessoas	56.000		37.636	67,21
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
Objetivo não possui metas com esta classificação						

FONTE: SIOP

Análise Situacional

Em 2015, foram empregados R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) para a execução do Projeto.

Com esses recursos, as Forças Singulares conseguiram qualificar em 2015, um total de 11.213 militares em cursos ministrados com a parceria de entidades públicas e privadas. Esse resultado deve-se ao somatório de 9035 soldados formados pelo EB, 1248 pela MB e 930 pela FAB.

Somando-se aos 37.636 jovens qualificados, resultado obtido nos anos de 2012 (14.659 Jovens), 2013 (10.175 jovens), 2014 (12.802 jovens) com os 11.213 jovens formados em 2015, tem-se o total de 48.849 qualificados pelo projeto soldado cidadão. O que representa 87% do planejado para o PPA 2012-2015.

Está previsto a profissionalização de 56.000 jovens pelo Projeto Soldado Cidadão, mas o crescente aumento do custo hora/aula de qualificação, por militar atendido, vem sendo o fator que mais dificultou a realização de um número maior de cursos de qualificação profissional ao longo de 2015.

Objetivo 0534

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					
Código	0534	Órgão	52000 - Ministério da Defesa			
Programa	Política Nacional de Defesa		Código	2058		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)	% de implantação	16%	0,5%	14,5%	90,63
2	Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)	% de implantação	39%	2,7%	35%	89,74
3	Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas	% de implantação	80%	10,4%	80%	100
4	Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira	Operações	10	10	62	100
5	Realizar cinco exercícios de simulação de combate.	Exercícios	2	2	5	100
6	Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas.	Operações Conjuntas	2	2	8	100
7	Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras	Operações multinacionais	1	1	4	100
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação						
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
8	Apoiar o aprestamento de uma brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias.					

FONTE: SIOP

Análise Situacional

- **Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)**

O Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED) é um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais Sistemas de Comando e Controle ou de Armas, caracterizando-se pela segurança da

informação e da transmissão. A sua implantação é imprescindível tendo em vista a necessidade de interoperabilidade entre as Forças Armadas nas Operações Conjuntas, de forma ágil e segura.

Durante a vigência deste PPA 2012-15, a meta estabelecida de atingir o percentual de 16% na implantação do SISTED foi buscada focando o incremento na interoperabilidade tática entre as Forças Armadas nas Operações Conjuntas.

Em 2012, ocorreram melhorias nos laboratórios utilizados para desenvolvimento do SISTED na FAB (Instituto de Estudos Avançados, em São José dos Campos – SP) e no EB (Centro de Desenvolvimento de Sistemas, em Brasília-DF) e contratação de recursos humanos para a modelagem operacional da capacidade de defesa aeroespacial, que serviu de parâmetro para a modelagem de outras capacidades operacionais.

Em 2013, a evolução da meta saltou para 10%, sobretudo, com a aprovação da Arquitetura do SISTED, a capacitação de pessoal (Off Set LINK BR2) para a continuidade do projeto, além de continuação no aperfeiçoamento dos laboratórios do Sistema.

Em 2014, a meta evoluiu para 14% por meio do desenvolvimento do Sistema Rádio Definido por Software (RDS), equipamento que busca a integração de comando e controle no nível tático.

Em 2015, devido a restrições orçamentárias, o que comprometeu o atingimento da meta final estabelecida para o período do PPA, de 16%. Almejamos que em breve seja recuperado o patamar financeiro programada para que seja possível realizar melhoria no Sistema Rádio Digital Troncalizado (SRDT), utilizado na integração das comunicações táticas.

Para o próximo PPA, existe a necessidade de incremento de recursos, a fim de possibilitar a continuidade da evolução no desenvolvimento e aplicação de soluções de integração entre os sistemas táticos das Forças Armadas.

- **Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)**

Durante a vigência deste PPA 2012-15, a meta estabelecida de atingir o percentual de 39% na implantação do SISCOMIS foi perseguida por meio da ampliação e modernização da estrutura existente.

Em 2012, foram realizadas aquisições de terminais móveis navais em banda X e banda Ku; aquisição de terminais man-pack em Banda Ku; aquisição de um sistema de acesso ao satélite, utilizando tecnologia DAMA (Demand Assigned Multiple Access); e aquisição de equipamentos de manutenção e peças de reposição para o SISCOMIS.

Em 2013, fruto do contingenciamento ocorrido, a meta evoluiu para 28% na implantação do SISCOMIS, por meio da aquisição de terminais satelitais, equipamentos e ativos de TI, bem como, contratação de internet para a Rede Operacional de Defesa, com vistas à ampliação do Sistema.

Em 2014, a meta de implantação do SISCOMIS avançou para 32,30%, sendo os recursos aplicados, principalmente, para pagamento de outorga do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC); visita técnica à Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro; e aquisição de equipamentos de TI e peças de reposição. A meta não foi alcançada plenamente, tendo

em vista que não foi possível iniciar a modernização das estações terrenas em 2014, pelo fato de que o encerramento da licitação e o consequente empenho da despesa ocorreram apenas no final de novembro de 2014. No entanto, como essa modernização busca preparar a rede do SISCOMIS para atender ao SGDC, que possui a previsão de lançamento em 2016, não houve qualquer comprometimento do Sistema.

Em 2015, em virtude do contingenciamento orçamentário, os resultados alcançados foram realizados proporcionalmente ao volume de recursos disponibilizados. O que permitiu alcançar uma meta percentual de 35%, por meio da modernização das estações terrenas do SISCOMIS; dos testes de aceitação em fábrica e em campo de equipamentos / terminais do SISCOMIS; do lançamento de enlace de fibra ótica, ampliando a estrutura do SISCOMIS; e da aquisição de equipamento de datacenter para o sistema.

Para o próximo PPA, existe a necessidade de incremento de recursos, a fim de possibilitar a continuidade da evolução do SISCOMIS.

- **Atingir o percentual de 80% na implantação do Centro de Operações Conjuntas**

Durante a vigência deste PPA 2012-15, a meta estabelecida de atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas foi buscada por meio da ampliação e modernização do centro de operações conjuntas do MD e dos centros de comando e controle das Forças Armadas.

Em 2012, houve o prosseguimento da modernização do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC²MD); a atualização da versão do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); a atualização de equipamentos e tecnologia empregados nos Centros de Comando e Controle da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira; a capacitação de pessoal, por intermédio de visitas técnicas a outros Centros de C² no Brasil e no exterior e da participação em conferências, simpósios e cursos no Brasil e no exterior; e a ampliação da capacidade de gestão de dados da Rede Operacional de Defesa (ROD) do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²), por meio de aquisição de equipamentos.

Em 2013, a meta evoluiu para 55% na implantação do centro de operações conjuntas, por meio do aperfeiçoamento de ferramentas para os Centros de Comando e Controle do MD e dos Comandos Operacionais (Sistema de Planejamento Operacional Militar-SIPLOM), estabelecimento de enlaces dos Centros de Comando e Controle à Rede Operacional de Defesa e implantação da Arquitetura Orientada à Serviços (SOA) nos Sistemas de Comando e Controle. Com isso, foram alcançados importantes aperfeiçoamentos no Centro de Comando e Controle do MD e nos Centros de Comando e Controle das Forças Armadas.

Em 2014, a meta de implantação de centros de operações conjuntas evoluiu para 69,60%, através do contínuo aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); contratação de enlace de internet para centros de comando e controle; incremento da interoperabilidade de comando e controle no âmbito da defesa; atualização de equipamentos e tecnologia empregados nos centros de comando e controle da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

Em 2015, os resultados alcançados se mantiveram dentro do planejado, atingimos a meta de 80% da implantação do centro de operações conjuntas, por meio de mais um aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), atualizando sua versão; implantação da

Arquitetura Orientada à Serviços, que permitirá a troca de informações automatizada no nível operacional; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

Para o próximo PPA, existe a necessidade de incremento de recursos, a fim de possibilitar a continuidade da evolução do centro de operações conjuntas e dos centros de comando e controle das Forças Armadas.

Objetivo 0547

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Código	0547	Órgão	Ministério da Defesa/EMCFA			
Programa	Política Nacional de Defesa			Código	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório (Meta atingida de 7.762.979 pessoas em 4 anos (média de 1.799.600 pessoas/ano)	Pessoas	1.799.600	1.790.741	7.762.979	107,8
2	Implantar 24% do sistema nacional de mobilização (As metas previstas para o PPA 2012-2015 para o Sistema Nacional de Mobilização foram alcançadas.)	%	24%	19	24	100%
3	Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD) (Esta meta foi alcançada)	%	70%	70	70	100%
4	Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional (a meta prevista não foi alcançada por conta da restrição orçamentária)	Exercícios	12	1	2	2
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2015					
2	Implantar o Sistema de Empresas de Interesse Nacional					
3	Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)					
4	Integrar o Sistema de empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR).					
5	Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres.					

FONTE: SIOP

Análise Situacional

Com o recurso aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Chefia de Logística realizou as seguintes atividades na gestão do exercício de 2015, atinente a AÇÃO 20X3:

a) Implantação do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM)

As novas instalações da Chefia de Logística no Anexo do MD (Bloco O, Anexo 1, 3º andar) propiciaram a efetivação do CCLM, que foi interligado com a Rede Operacional de Defesa, possibilitando a manutenção do acesso aos servidores da Chefia de Operações, nos quais estão hospedados o Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Formulação do Projeto CCLM, o qual foi aprovado como projeto prioritário do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

b) Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Nova versão instalada em maio

Uma versão atualizada do Sistema foi instalada em maio, contemplando uma série de melhorias e correções.

Entrega do Módulo de Empresa Mobilizáveis

O Módulo de Empresas Mobilizáveis (MODEMOB) foi entregue no início do segundo semestre. O Módulo é uma funcionalidade que propicia à Subchefia de Mobilização receber informações sobre empresas de interesse da Defesa Nacional, selecioná-las e preparar a Portaria Ministerial sobre o tema.

Capacitação no MODEMOB

A formação de pessoal capacitado a utilizar o MODEMOB alcançou sete grandes centros concentradores de organizações militares: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belém, Manaus e Recife.

Utilização nas Operações Interagências Ágata

O SIGLMD foi testado nas Operações Interagências realizadas nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Interoperabilidade do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)

Iniciou-se o atendimento ao preconizado na Lei nº 11.631, que trata do Sistema Nacional de Mobilização. O SIGLMD atua como o concentrador das informações desse Sistema, reunindo os dados oriundos dos diversos Ministérios que o compõe.

Interoperabilidade com sistemas das FA para georreferenciamento de OM

O georreferenciamento das Organizações Militares da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira foi concluído, mediante a interoperabilidade com os sistemas dessas Forças.

c) Formação e Qualificação de Recursos Humanos, com ênfase na Logística e na Mobilização Nacional, no país ou no exterior:

Eventos Internacionais

- África do Sul, com a finalidade de conhecer a experiência dos congêneres da África do Sul sobre Mobilização e sua estrutura organizacional para lidar com o tema.

- Angola, com a finalidade de participar do XVII Encontro de Saúde Militar da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

- Chile, com a finalidade de participar do seminário sobre Contribuição Militar, em Ações Humanitárias e na Gestão de Riscos diante de Emergências e Desastres Naturais em nível de cada país sul-americano.

- Colômbia, com a finalidade de intercambiar experiências com o Ministério da Defesa da Colômbia sobre Logística Conjunta em conflitos armados, operações de paz, calamidades e situações de garantia da lei e da ordem, com vistas a consolidar o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização da CHELOG e obter subsídios à Implementação do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas, além de participar na atividade do Seminário de ciclo de vida de grandes equipamentos do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)/UNASUL.

- Espanha, com a finalidade de participar como observador no Exercício TRIDENT JUNCTURE para atualizar conhecimentos relacionados às experiências logísticas atuais, por meio de participação em exercícios militares das nações amigas.

- Estados Unidos, com a finalidade de realizar visitas técnicas em Instituições Médicas Norte Americanas para ampliar conhecimento relativo à Medicina Operativa.

- Haiti, com a finalidade de participar do Fórum de representação das três Forças para estudo, fomento e discussão relacionados à alimentação nas Forças Armadas e dar sustentabilidade institucional na forma de trabalhos e ações voltadas à segurança dos alimentos.

- Londres, com a finalidade de participar da Conferência *Defense Logistic*, evento que tem se mostrado de alta relevância internacional na atualização de conhecimentos por meio de exposições de painéis sobre as experiências de países nas atividades de coordenação e gerenciamento logístico no cenário atual, e partilhar soluções comuns.

- Peru, com a finalidade de obter conhecimentos em Organizações Militares de Saúde das Forças Armadas voltadas para as atividades de medicina operativa, em prol da obtenção de subsídios à implementação do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas.

- Portugal, com a finalidade de participar do 2º Fórum de Saúde Militar da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Eventos Nacionais

- Na área da Interoperabilidade Logística: organização de seminários para desenvolvimento conjunto de projetos de caráter logístico, relacionados à Subsistência e Medicina Operativa.

- Visita Técnica do Chefe de Logística e do Subchefe de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e Mobilização (SUBAPS) ao CASNAV para verificação do andamento do Projeto SIGLMD, de acordo com as metas estabelecidas no Termo de Compromisso.

- Visitas Técnicas de integrantes da SUBAPS ao CASNAV com intuito de acompanhar o desenvolvimento do Sistema e atualização dos conhecimentos técnicos.

- Participação no Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha (SPOLM), no Rio de Janeiro-RJ.

- Participação no Curso Expedito de Gestão de Projetos cujo objetivo foi a capacitação de um (01) militar na aplicação da metodologia de gerenciamento de projetos, baseado no *Project Management Institute* (PMI).

- Realização da 17ª Reunião da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB e da 1ª Reunião Extraordinária da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB, para tratar de assuntos inerentes ao sistema, na cidade de Brasília-DF.

- Encontro de alto nível para discutir a sistemática de apoio logístico em operações e o papel do Comando Logístico, do Comando Logístico do Teatro de Operações (CLTO), do Comando Logístico da Área de Operações (CLAO), do Centro de Coordenação de Logística e

Mobilização (CCLM) na integração logística durante a realização de exercícios e operações conjuntas das Forças Armadas.

- Deslocamento de uma Viatura Blindada de Combate M60 A3 TTS (VBC M60 A3 TTS), da guarnição de Campo Grande- MS para Boa Vista-RR, com a realização de tiro real, visando ao levantamento de dados de planejamento de um tipo modal de transporte de uma hipotética Brigada Blindada para a Região Norte do País.

- Realização do 1º Curso de Resposta Médica em desastres naturais e antropogênicos na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, com destaque de recursos para aquela Escola adquirir materiais para apoiar o referido Curso.

- Realização de palestra sobre Logística e Mobilização Nacional, para os discentes da disciplina de Logística e Mobilização Militar, do Curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

- Realização da VII Jornada de Interoperabilidade Logística cujos temas principais foram: Os Requisitos Operacionais Conjuntos como processo de Interoperabilidade e o Seminário Internacional de Medicina Operativa, na cidade de Salvador- BA.

- Participação na Visita Oficial da Comitiva do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) à Operação Ágata 9.

- Participação no Seminário de Operações Conjuntas - Controle da ação Planejada no nível estratégico, na cidade do Rio de Janeiro.

- Palestra na Escola Superior de Guerra sobre o Plano de Articulação de Equipamentos de Defesa e identificação de Programas e Projetos em andamento e visita ao Complexo Naval de Abastecimento da Marinha.

- Coordenação do Seminário Internacional de Logística durante a realização da Feira LAAD Defence & Security 2015 (LAAD 2015).

- Realização e participação em palestras com o propósito de divulgar e atualizar a doutrina e as atividades ligadas à Logística e à Mobilização Nacional nas Escolas Militares das Forças Armadas.

- Palestra para o Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN), da Escola Superior de Guerra (ESG).

- Participação no Seminário de Mobilização Militar, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

- Participação em reunião da área de Medicina Operativa, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

- Participação na Conferência sobre CBT – Treinamento Baseado em Computador no Emprego de Tecnologias Imersivas e Interativas, na cidade de São Paulo/SP.

- Visita técnica a empresas nas cidades de São Paulo/SP, São José dos Campos/SP e Curitiba/PR, para autorização à inscrição e renovação de inscrição junto ao MD, na área de aerolevanteamento.

- Participação no evento “Gestão do Ciclo de Vida e Simuladores das Forças Armadas”, em São José dos Campos/SP.

- Participação no XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – João Pessoa-PB.

- Participação na Conferência e Feira de Geomática e Soluções Espaciais, em São Paulo-SP.

- Reunião com a Diretoria de Hidrografia Naval (DHN) no Grupo de Estudos para elaboração da Política Nacional de Geoinformação.

- Realização do 2º Seminário da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL) e do 3º Seminário da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL), na cidade do Rio de Janeiro. Foram realizados destaques de recursos em investimento para a Base de Hidrografia da Marinha BHMN (RJ) apoiar o evento nas condições adequadas.

- Realização do 3º Seminário da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL), na cidade do Rio de Janeiro-RJ e do 4º Seminário da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL), em Salvador-BA.

- Realização de planejamentos logísticos para o Emprego Conjunto das Forças Armadas

- Levantamento da Situação da Logística Nacional de Interesse da Defesa nas guarnições de Manaus-AM, Recife-PE, Fortaleza-CE, Campo Grande-MS e Belém-PA.

- Elaboração do planejamento logístico para o Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC I), na guarnição de Florianópolis-SC.

- Realização do planejamento logístico para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

- Realização do planejamento estratégico logístico e participação no Planejamento Operacional e Tático das Operações Amazônia 2015 e Águas 9 e 10.

- Reunião da Subcomissão de Saúde da Comissão de Logística Militar (COMLOG), em Brasília/DF.

- Reunião da Subcomissão de Materiais de Intendência e da Subcomissão de Materiais de Motomecanização, da Comissão de Logística Militar (COMLOG), em Brasília/DF.

- Além das participações em eventos externos, foram realizados estudos e atualização acerca da Doutrina de Logística Militar e na área da Interoperabilidade Logística: organização de seminários para desenvolvimento conjunto de projetos de caráter logístico, relacionados à Subsistência e Medicina Operativa.

Com o recurso aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Chefia de Logística realizou as seguintes atividades na gestão do exercício de 2015, atinente a AÇÃO 2872 – Mobilização Para o Serviço Militar Obrigatório

- Visitas de Orientações Técnicas aos órgãos de Serviço Militar no território nacional cuja operacionalização de emprego dos recursos se dá por meio de repasse ao Departamento de Administração Interna (DEADI-52101), no Ministério da Defesa.

- Descentralização da maior parte dos recursos disponibilizados na LOA para os Comandos das Forças, por intermédio dos seguintes órgãos: na Marinha, para a Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM-52131); no Exército, para o Estado-Maior do Exército (EME-160087); e na Aeronáutica, para a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA-52111), que planejam e executam a despesa em prol das atividades do Serviço Militar.

- O FSM realizou as arrecadações das multas (Fonte 174) e da taxa militar (Fonte 175) por intermédio do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal (CEF) e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); com as duas últimas firmou um Acordo de Cooperação. Mensalmente, essas instituições informaram os valores arrecadados e repassados ao Fundo, os quais foram confrontados com os valores constantes no SIAFI, não sendo constatada alteração. Referente

aos rendimentos de aplicações financeiras, o BB e a CEF informaram os rendimentos mensais que foram apropriados no SIAFI (Fonte 180).

Com o recurso aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Chefia de Logística realizou as seguintes atividades na gestão do exercício de 2015 atinente a AÇÃO 6557 – Formação Cívico Profissional de Jovens em Serviço Militar.

- Em 2015, foram empregados R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) para a execução do Projeto Soldado Cidadão.

- Parcela desse recurso foi empregada nas Visitas de Orientações Técnicas às guarnições que desenvolvem as atividades do Projeto Soldado Cidadão no território nacional cuja operacionalização de emprego dos recursos se dá por meio de repasse ao Departamento de Administração Interna (DEADI-52101), no Ministério da Defesa.

Entretanto, a maior parte dos recursos foi descentralizada para as Forças Singulares qualificar um total de 11.213 militares em cursos ministrados com a parceria de entidades públicas e privadas. A meta de qualificados por ano é de 14.000 jovens, conforme estabelecido no PPA 2012-2015 (estimava-se formar nesses 4 anos o número de 56.000 qualificados).

Todavia, em virtude do aumento significativo nos preços praticados por algumas entidades do Sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAR, SEBRAE e SENAT), juntamente com a inflação de mais de 10% sobre os preços dos cursos de qualificação em geral, a meta para 2015 foi reprogramada para 7.560, conforme previsto no Plano de Gestão de 2015.

Mesmo com a dificuldade descrita acima, as Forças Singulares conseguiram superar a meta do ano de 2015, graças ao empenho dos coordenadores nacionais, estaduais, regionais e locais, juntamente com os comandantes de Organizações Militares Hospedeiras do Projeto, em negociar os melhores preços junto às entidades parceiras públicas e privadas de ensino profissionalizante para qualificar o maior número possível de jovens com os recursos alocados.

Por fim, destaca-se que, sob a supervisão da CHELOG, foi fundamental o papel dos Comandos das Forças Singulares, por meio dos seus Distritos Navais, dos Comandos Militares de Área, dos Comandos Aéreos Regionais, do Estado-Maior da Armada, da Direção do Departamento de Pessoal Militar da Marinha (DPMM), do Comando de Operações Terrestres do Exército (COTER), do Comando Geral do Pessoal da Aeronáutica (COMGEP), dos Comandos das Regiões Militares, das Divisões e Brigadas do EB, dos Centros de Instrução da MB, das OM hospedeiras das Forças, pela condução e execução eficiente e eficaz dos trabalhos envolvendo o Projeto; das Entidades Parceiras do Sistema “S”, assim como do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), da Fundação Rede Amazônica, da Fundação Nokia de Ensino e das demais Entidades Parceiras, pela excelência dos cursos ministrados.

É importante enfatizar que, ao final do ano de 2015, o Projeto Soldado Cidadão, ao completar 11 anos de execução, alcançou o efetivo de mais de 215 mil jovens capacitados profissionalmente, desde a sua implantação.

Objetivo 0554

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.					
Código	0554	Órgão	Ministério da Defesa/EMCFA			
Programa	Política Nacional de Defesa			Código	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista até 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras	Evento realizado	32	11	43	134
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
2	Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa					

Fonte: SIOP

Análise Situacional

Em 2015, foram realizadas reuniões bilaterais e trilaterais com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse do Brasil, tais como: África do Sul, Alemanha, Argentina, China, Equador, Estados Unidos, França, Índia, Peru, Portugal e Suécia.

Tal quantitativo (11), associado às 32 reuniões já realizadas nos anos 2012, 2013 e 2014, ultrapassou a meta de 32 reuniões bilaterais, tendo contribuído para incrementar a inserção do Brasil no cenário internacional. Como fator determinante para tal desempenho, destacam-se os arranjos de gestão levados a efeito desde o primeiro ano do Plano Plurianual (PPA), tais como, o agendamento de reuniões com a necessária antecedência visando à racionalização do emprego dos recursos, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior e a otimização de eventos no País.

Ainda ao longo de 2015, procurou-se executar atividades de cooperação internacional inseridas no âmbito do interesse do MD, no sentido de buscar o fortalecimento das relações bilaterais, particularmente com a Guarda Costeira de Cabo Verde, por intermédio da Missão Naval Brasileira instalada naquele país.

No intuito de aprofundar parcerias regionais, cabe destacar o protagonismo brasileiro na condução e/ou coordenação dos diversos trabalhos relacionados às 22 iniciativas e 5 Grupos de Trabalho do Plano de Ação 2015 do CDS, notadamente nos setores de política de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, operações de paz, formação e capacitação e indústria de defesa, bem como na realização da IV edição do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano para altos funcionários dos Ministérios de Defesa dos países do CDS, no Rio de Janeiro – RJ, no período de 17 de agosto a 16 de outubro.

No contexto do intercâmbio na área de defesa, ressalta-se a realização dos seguintes eventos em 2015: Reunião Regional do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU, que se caracterizou por ser uma reunião regional de consultas aos países da América Latina e Caribe, visando avaliar o estado atual das operações de manutenção da paz e missões especiais das Nações Unidas, bem como identificar as necessidades que deverão emergir no futuro; curso sobre “Dilemas Éticos em Operações de Paz”, promovido pelo MD e o Governo do Canadá, que contou com a participação de militares e pesquisadores brasileiros e canadenses, bem como com a presença de representantes de 13 países da América Latina e Caribe; e Seminário voltado

para Operações de Paz, para os países membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que teve a participação de 48 representantes daqueles países e tratou de temas relacionados a dilemas éticos, experiência brasileira no Líbano e questão de gênero em operações de paz.

É relevante mencionar ainda a participação brasileira nas reuniões promovidas pelo Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do seu Centro de Análise Estratégica.

Adicionalmente, é importante registrar a implantação da Adidância de Defesa na Suécia em 2015, que contribuirá para o fortalecimento do setor de defesa brasileiro no exterior, em conjunto com as Adidâncias já implantadas, desde o primeiro ano do PPA, em Cabo Verde, Etiópia, Indonésia, Líbano, República da Coreia, Senegal e Turquia.

Por fim, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento ao longo de todo o período do PPA, a despeito da variação significativa da taxa de câmbio do dólar, observada em 2015, o que levou a Chefia de Assuntos Estratégicos a adotar, ao longo do ano, rigorosas medidas de controle e os arranjos de gestão mencionados anteriormente, proporcionando as correções de rumo necessárias à execução do seu Plano de Trabalho.

4.2.2 Quadros das Ações – Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS)

Ações de Responsabilidade do EMCFA – 2015

CÓDIGO	NOME DA AÇÃO
20X1	Participação Brasileira em Missões de Paz
20X5	Comando e Controle da Defesa Nacional
20X7	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas
14SY	Apoio a Realizações de Grandes Eventos
20X3	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional
2D55	Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa
151D	Obtenção de Sistemas de Defesa Antiaérea
147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional

AÇÃO 20X1 – PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		20X1				
Título:		Participação Brasileira em Missões de Paz				
Iniciativa:		Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz				
Objetivo:		0902-Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.				
Programa:		2057 – Política Externa				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa				
Ação Prioritária:		() Sim (x) Não		Caso Positivo: ()		() Brasil sem Miséria PAC
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa		Restos a pagar inscritos 2015		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
309.100.000	263.550.000	231.077.883	140.264.695	118.583.368	21.681.327	90.813.187
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Missão realizada		Unidade por ano				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
59.952.127	63.063.743	(-1.436.724)	Missão realizada	Unidades por ano		

FONTE: SIOP

Análise Situacional:

O Brasil atuou com Contingentes de Tropa em duas Missões da ONU: a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Foram realizadas, ao longo do ano, diversas atividades voltadas ao preparo e emprego de contingentes para atuar nessas duas missões, bem como aquelas visando a rotação de contingentes. Dentre os vários eventos planejados e executados, destacam-se: estágios de preparação com simulação de emprego de tropas em Operações de Paz; seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no país e no exterior; atendimento de voos de apoio logístico ao Haiti; acompanhamento das inspeções de prontidão operacional realizadas pela ONU; viagens do navio de apoio logístico ao Contingente Brasileiro (CONTBRAS) no Haiti. Essas atividades, além de permitirem a execução das Missões, possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas e de policiais militares em Operações de Paz.

Além da MINUSTAH e da UNIFIL, as Forças Armadas também têm contribuído em 09 (nove) diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da OEA, com observadores, integrantes de Estados-Maiores, ou grupo de monitores. Para isso os contingentes são

adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e no exterior.

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, mantém, desde 2004, um contingente de militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH, além de participar com um General de Divisão desempenhando a função de “*Force Commander*” do Componente Militar. Atuando, com 970 militares, o contingente brasileiro encontra-se desdobrado no terreno em três organizações militares: um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT) que conta em seu efetivo com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) e uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY).

No ano de 2015, o contingente brasileiro continuou desempenhando sua tarefa de assegurar condições para a manutenção de um ambiente seguro e estável, de forma a permitir a reconstrução das instituições do Estado de Direito haitiano. Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da MINUSTAH, a situação de estabilidade no Haiti tem apresentado indicadores aceitáveis de segurança. A MINUSTAH contribui com a estabilização político-institucional daquele país para o seu desenvolvimento social e econômico, sendo reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

Destaca-se no ano de 2015, por parte do contingente brasileiro que compõe o Componente Militar da MINUSTAH, a realização das seguintes tarefas: patrulhamento de ruas, localidades e campos de deslocados; escoltas e comboios; ocupação de Pontos Fortes; e realização de trabalhos de engenharia em favor da mobilidade da tropa.

Sob a coordenação do Ministério da Defesa, foi celebrado o contrato entre a Marinha do Brasil e a empresa GOL Linhas Aéreas para o rodízio dos integrantes do 22º/23º Contingente Brasileiro no Haiti. Foram realizados 16 (dezesesseis) voos pela Companhia Aérea GOL transportando um total de 1940 militares, além de 82.400 kg de carga, com volume aproximado de 808 m³.

A Força Aérea Brasileira realizou 06 voos logísticos com a aeronave C-130, para reabastecer o Contingente Brasileiro transportando diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição (inclusive não letal), além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa. Esses voos foram utilizados também para o transporte de equipes de manutenção da Marinha e do Exército, visando a melhorar as condições gerais dos equipamentos e armamentos da tropa brasileira, mantendo-os em pleno emprego.

Houve ainda 04 voos, realizados pela aeronave C-99, para transporte dos militares envolvidos nas Viagens de Avaliação e Reconhecimento dos 22º e 23º Contingentes Brasileiros no Haiti.

Ocorreram duas viagens de apoio logístico, empregando navio da Marinha do Brasil, transportando equipamentos de grande porte e materiais diversos.

Além das ações realizadas em prol da atividade-fim do contingente, que é prover a segurança, como forma de contribuir com a melhoria das condições de vida da população mais carente, as tropas brasileiras desenvolveram, voluntariamente, diversos projetos sociais, tais como: apadrinhamento de escolas, creches e orfanatos, com doação dos próprios militares; além do fornecimento de água, alimentação, assistência médica, recuperação de vias rodoviárias, reparos e contenções em escolas e abertura de poços artesianos, entre outros.

Outrossim, o Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, a partir do ano de 2011, mantém um contingente de militares da Marinha do Brasil na Força Internacional das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

No ano de 2015, o contingente brasileiro contou com a participação da Fragata F-45 “UNIÃO”, do Navio Patrulha Oceânico P-121 “APA” e da Corveta V-34 “BARROSO”. O contingente brasileiro contou ainda com o Comando daquela Força-Tarefa Marítima, por meio de um Contra-Almirante e mais doze militares componentes de seu Estado-Maior.

No Líbano, a situação na área de operação da UNIFIL é de relativa tranquilidade. Contudo, há tensão no entorno regional. Os eventuais atentados à bomba na faixa entre Beirut (capital) e Naqoura (sede da UNIFIL), constituem-se como fatores de insegurança.

A Força-Tarefa Marítima tem como tarefas principais: impedir a entrada ilegal, nos portos do Líbano, de armas e materiais afins; e contribuir com o treinamento da Marinha libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Esta é a única operação de paz de caráter naval que a ONU realiza e a primeira vez que o comando da Força-Tarefa Marítima está a cargo de um país não membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Com relação às dificuldades logísticas para a missão no Líbano, cabe destacar a distância de Beirute ao Rio de Janeiro (10.600 Km). Os navios brasileiros levam cerca de 30 dias para chegar na área de operação. Quanto ao transporte aéreo da FAB, os meios atualmente disponíveis demandam 50 horas de voo e pelo menos quatro dias para percorrer a distância acima mencionada, limitando-se a 12 toneladas de carga a bordo, por voo.

O apoio logístico e de manutenção atualmente prestado ao navio capitânia na FTM-UNIFIL é realizado por meio de contratação de aeronave comercial cargueira, que: depende de contratação com antecedência devida; limita o transporte de material sensível; e exige um criterioso desembaraço alfandegário com a receita federal. Outro aspecto importante é o custo elevado para o apoio de grande porte exigido, principalmente quanto aos valores relacionados à manutenção e àqueles direcionados aos respectivos combustíveis e lubrificantes, afetados diretamente pela cotação do dólar.

Além da MINUSTAH e da UNIFIL, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também contribuíram com 157 militares e 27 policiais militares, em 9 (nove) diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da OEA, Eles atuam nos seguintes países/regiões: Haiti, Sudão, Sudão do Sul, Líbano, Costa do Marfim, Libéria, Saara Ocidental, República Centro-Africana e Chipre."

20X5 - COMANDO E CONTROLE DA DEFESA NACIONAL

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	20X5					
Título:	Comando e Controle de Defesa Nacional					
Iniciativa:	Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
Objetivo:	0534 – Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2015			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
32.514.291	29.414.291	26.168.111	21.061.249	20.387.603	673.646	5.106.863
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Sistema mantido	Unidade					
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
6.212.557	6.033.983	(-215.070)	Sistema mantido	Unidade		

FONTE: SIOP

Ação 20X5 PO 0001 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) compõe a infraestrutura de telecomunicações do Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa, sendo o mais importante meio de telecomunicações que apoia o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no acompanhamento das Operações Combinadas ou Conjuntas, em missões humanitárias e nas missões de manutenção da paz, como no Haiti e no Líbano.

Em 2015, a dotação final para o PO 0001 foi de R\$ 20.069.465,32, o que comprometeu sobremaneira o atingimento da meta física prevista para o PO.

Os resultados alcançados foram satisfatórios e dentro do planejado, sendo atingidos por meio da realização das seguintes atividades: pagamento dos contratos de aluguel dos enlaces satelitais em Banda X e Ku e terrestres às empresas Star One, Telebrás, Embratel e Oi; pagamento de contratos de manutenção de terminais satelitais móveis navais e terrestres que compõem o SISCOMIS; pagamento de contratos de manutenção de centrais telefônicas; aquisição de sobressalentes para o SISCOMIS; visitas às instalações das estações terrenas do SISCOMIS; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior, bem como, visitas técnicas, operacionais e logísticas.

Conforme consulta realizada no SIAFI em 31 de dezembro de 2015, verificou-se que, na Ação 20X5, PO 0001, foi inscrito em Restos a Pagar (RAP) não processados o valor de R\$

2.242.669,76, visando o pagamento de contratos de enlaces para o SISCOMIS cujos serviços foram realizados em dezembro, mas faturados em janeiro de 2016, bem como, pagamento de contrato de manutenção de terminais do SISCOMIS cujos serviços serão liquidados em 2016.

Desta forma, a despeito da reprogramação financeira que reduziu o orçamento de R\$ 21.670.000,00 para R\$ 20.069.465,32 (transferência de valores para outra ação orçamentária). Embora o Sistema tenha operado normalmente, espera-se que para o ano de 2016 sejam atendidas as demandas financeiras apontadas, de maneira que o suporte das atividades de Comando e Controle continuem a ser desencadeadas por intermédio dos meios de comunicações existentes para transmissão de dados, imagens e videoconferências, entre outros.

Ação 20X5 Plano Orçamentário 0002 – Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência

Este plano orçamentário permite a manutenção do Sistema de Inteligência Operacional, incentivando e apoiando as atividades de Sensoriamento Remoto, de Inteligência de Imagens, de Guerra Eletrônica, de Criptografia e de Meteorologia no âmbito do MD e das Forças Armadas.

A execução físico-financeira em 2015 teve como característica o contingenciamento de aproximadamente 10% dos recursos financeiros (R\$ 249.991,00) destinados ao PO 0002 da ação 20X5, sendo possível atingir parcialmente os objetivos previstos no planejamento, pois o corte orçamentário provocou uma redução de aproximadamente 15% na aquisição de imagens de satélite, tendo sido obtidos os resultados descritos no próximo parágrafo. Devido à necessidade de aquisição de imagens recentes, a fim de atender às Operações Conjuntas, Operações Interagências e Grandes Eventos e a manutenção do Sistema de Inteligência Operacional, foram gerados restos a pagar não processados no valor de R\$ 1.652.000,00.

Em 2015, foram realizadas as seguintes atividades: Obtenção, processamento, análise, distribuição e armazenamento de dados e conhecimentos nas áreas de interesse da Inteligência Operacional; Manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos de interesse da Inteligência Operacional; Promoção de eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico-científicos especializados (VI Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa); Ações de suporte e assistência técnica à rede de produção e compartilhamento de dados de Inteligência Operacional; Aquisição de softwares específicos para Inteligência de Imagens; e Capacitação especializada de Recursos Humanos (Estágio Básico de Sensoriamento Remoto para as Forças Armadas).

Ação 20X5 PO 0003 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite

Este plano orçamentário permitiu o aperfeiçoamento e a evolução da estrutura do SISCOMIS. Em 2015, a dotação final para o PO 0003 foi de R\$ 1.380.988,66, dificultando o atingimento da meta física prevista para o PO, no que concerne a modernização do SISCOMIS (implantação do sistema VOIP e o aperfeiçoamento do Centro de Monitoramento da Rede Operacional de Defesa).

A despeito do contingenciamento ocorrido, os resultados alcançados atenderam apenas à demanda pontual para o ano de 2015. Os mesmos foram sendo atingidos por meio da realização das seguintes atividades: continuação da modernização das estações terrenas do SISCOMIS; testes de aceitação em fábrica e em campo de equipamentos / terminais do SISCOMIS; lançamento de enlace

de fibra ótica, ampliando a estrutura do SISCOMIS; e aquisição de equipamento de datacenter para o sistema.

Conforme consulta realizada no SIAFI em 31 de dezembro de 2015, verificou-se que foi inscrito em RAP não processados o valor de R\$ 898.977,64, visando o pagamento da modernização das Estações Terrenas do SISCOMIS, cujos trabalhos foram realizados de forma faseada, com liquidação total prevista para 2016, bem como, custear despesas de aquisição de equipamento datacenter para os servidores do SISCOMIS, cuja liquidação ocorrerá em 2016. Como a modernização busca preparar a rede do SISCOMIS para atender ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que possui a previsão de lançamento ao final de 2016, não haverá qualquer comprometimento do Sistema.

Ação 20X5 PO 0004 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras

O Sistema de Comunicações Militares Seguras é um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais Sistemas de Comando e Controle ou de Armas, caracterizando-se pela segurança da informação e da transmissão.

Este plano orçamentário permitiu o aperfeiçoamento e a evolução da estrutura do Sistema de Comunicações Militares Seguras.

Em 2015, a dotação final para o PO 0004 foi de R\$ 150.682,76, e apesar do incremento na dotação inicial prevista, o valor foi insuficiente para a realização de um melhor aperfeiçoamento da interoperabilidade tática entre as Forças Armadas.

Conforme consulta realizada no SIAFI em 31 de dezembro de 2015, verificou-se que, na Ação 20X5, PO 0004, foi inscrito em RP não processados o valor de R\$ 109.670,00, visando custear despesas com a implantação do Sistema Rádio Digital Troncalizado (SRDT), que se estenderam para 2016.

Ação 20X5 Plano Orçamentário 0005 – Implantação de Centros de Operações Conjuntas

Os centros de operações são estruturas de comando e controle imprescindíveis para o acompanhamento das operações correntes.

Este plano orçamentário permitiu o aperfeiçoamento dos sistemas utilizados no centro de operações conjuntas do MD, bem como, nos centros de comando e controle das Forças Armadas.

Em 2015, a dotação final para o PO 0005 foi de R\$ 2.365.976,85, o que não impediu o atingimento da meta física prevista para o PO.

Os resultados alcançados atenderam ao planejado, sendo atingidos por meio da realização das seguintes atividades: aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); implantação da Arquitetura Orientada a Serviços, que permitirá a troca de informações automatizada no nível operacional; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

Conforme consulta realizada no SIAFI em 31 de dezembro de 2015, verificou-se que na ação 20X5, PO 0005 foi inscrito em RAP não processados o valor de R\$ 550,00, visando custear serviços de manutenção no equipamento de distribuição de vídeo do Centro de Operações Conjuntas do MD, que será liquidado em 2016, não impactando na realização total da meta estabelecida.

20X7 - EMPREGO CONJUNTO OU COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	20X7					
Título:	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas					
Iniciativa:	Realização dos exercícios militares conjuntos					
Objetivo:	0534 – Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo: ()		() Brasil sem Miséria PAC	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2015			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
37.928.472	47.274.621	45.231.334	27.932.696	17.703.304	10.229.392	17.298.638
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto		Reprogramado	Realizado
Operação realizada		Unidade				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
10.307.061	9.721.317	(-813.185)	Operação Realizada	Unidade		

FONTE: SIOP

Análise Situacional:

Visando cumprir as metas propostas para a Ação e, por conseguinte, o atingimento do Objetivo previsto no PPA 2012-2015, no exercício de 2015 foram realizadas 2 (duas) grandes Operações Conjuntas: a Operação Atlântico IV- desenvolvida principalmente no ambiente marítimo e a Operação Anhanduí (ambiente terrestre e fluvial) e 2 (duas) Operações em Faixas de Fronteira (Ágata 9 e Ágata 10) as quais são imprescindíveis para o cumprimento do Plano Estratégico de Fronteiras. Vale ressaltar que mais de 20 (vinte) mil militares estiveram envolvidos nessas Operações. Além dessas grandes operações conjuntas, as Forças participaram, sob orientação direta do MD (Chefia de Operações Conjuntas), de várias operações subsidiárias, tais como: Exercício de Defesa Civil em Santa Catarina e Exercício de Apoio à Emergência Nuclear em Angra dos Reis.

Merece destaque, ainda, no intuito de ampliar a capacidade das Forças de operarem de forma conjunta e/ou combinada e sua projeção no cenário internacional, a participação das Forças Armadas brasileiras nos Exercícios Multinacionais FELINO (para os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP) e o Exercício PANAMAX, sob a coordenação do U.S. Southern Command (SOUTHCOM), que em 2015 contou com a participação de 19 Nações dos diversos Continentes.

Imprescindível para o atingimento da interoperabilidade entre as Forças são os Exercícios de Simulação de Combate AZUVER, realizados em duas fases na cidade do Rio de Janeiro e que

contou, em 2015, com a participação de mais de 400 Oficiais-Alunos. Tais exercícios visam o preparo e o adestramento dos Oficiais para atuarem em Estados-Maiores Conjuntos bem como disseminar a Doutrina de Emprego Conjunto das Forças Armadas.

A Ação sofreu, no exercício, reduções orçamentárias; da proposta inicial de orçamento (PLOA), que totalizava R\$ 78.560.970,00, o orçamento autorizado (LOA) estabeleceu o limite inicial de R\$ 37.928.472,00 o que exigiu um replanejamento das etapas inerentes a cada uma das metas previstas, assim como a otimização dos meios e tempo disponíveis para realizá-las.

Em decorrência destas medidas, os recursos orçamentários disponibilizados para a execução da 20X7 foram minimamente suficientes para o atendimento das metas previstas. Como método de acompanhamento para a Ação, sublinham-se as reuniões de coordenação realizadas, regularmente, com os setores e órgãos responsáveis pelo Planejamento e o Emprego das Operações/Atividades, bem como pelo monitoramento do descentralizado (orçamentário) por intermédio do SIAFI/Tesouro Gerencial.

Dos resultados Alcançados, sublinha-se a integração dos Oficiais das Forças Singulares no Planejamento de Operações Conjuntas; a intensificação da presença militar nas Faixas de Fronteira; a elevação do grau de interoperabilidade entre as Forças Singulares; a ambientação das tropas às condições adversas encontradas durante a realização dos Exercícios e o adestramento do Estado-Maior Conjunto no Teatro de Operações em Operações Conjuntas.

14SY – APOIO A REALIZAÇÃO DE GRANDES EVENTOS

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		14SY				
Título:		Apoio à Realização de Grandes Eventos				
Iniciativa:		Apoio à Realização de Grandes Eventos				
Objetivo:		0534 – Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.				
Programa:		2058 – Política Nacional de Defesa				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa				
Ação Prioritária:		() Sim (x) Não		Caso Positivo: ()	() Brasil sem Miséria PAC	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2015			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
199.000.000	244.550.000	185.842.322	89.654.309	78.529.479	11.124.830	96.188.013
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
Evento apoiado		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
162.075.882	160.049.801	(-1.826.607)	Evento apoiado	Unidade		

FONTE: SIOP

Análise Situacional:

As Portarias Normativas Nº 2.221/MD, de 20 AGO 2012, e Nº 232/MD, de 30 Jan 2015, aprovaram as Diretrizes Ministeriais que estabeleceram orientações para a atuação do Ministério da Defesa nas atividades compreendidas nos Grandes Eventos determinados pela Presidência da República (a Jornada Mundial da Juventude de 2013; a Copa das Confederações de 2013; a Copa do Mundo FIFA de 2014; e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 – Jogos Rio 2016).

Nas Diretrizes, o Ministério da Defesa está autorizado a realizar o planejamento para o emprego temporário das Forças Armadas para atuar: nas áreas de Defesa Aeroespacial, de Controle do Espaço Aéreo, de Defesa de Áreas Marítima, Fluvial e Portuária, de Segurança e Defesa Cibernéticas, de Preparo e Emprego, de Comando e Controle, de Defesa Contra Terrorismo, de Fiscalização de Explosivos, de Forças de Contingência e de Defesa Contra Agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos ou Nucleares; em ações complementares, quando for o caso; e em outras atribuições constitucionais das Forças Armadas, em todas as cidades-sede, durante os Grandes Eventos.

No Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI) para os Jogos Rio 2016, aprovado por Portaria Interministerial Nr 1, de 30 Set 15 (DOU Nr 195, de 13OUT2015), os Ministros da Defesa,

da Justiça e do então Gabinete de Segurança Institucional, particularizaram as áreas de atividades e acrescentaram outras que contribuirão para a segurança do evento.

Para os Jogos Rio 2016, o documento que consolidou o planejamento plurianual e a previsão de alocação de recursos para cada uma das Forças Singulares e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), a guisa de Matriz de Responsabilidades, foi a Planilha de Planejamento Orçamentário para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016.

Este documento relacionou os itens principais dos Projetos Básicos de cada uma das Forças e do EMCFA, apresentando um cronograma de previsão de desembolso orçamentário/financeiro ao longo de três anos (2014 a 2016).

Cabe ressaltar que o modelo adotado foi aprovado em reuniões coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), com participação do Ministério do Esporte, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Justiça, Secretaria de Orçamento e Finanças, Controladoria Geral da União, Secretaria do Tesouro Nacional e Gabinete de Segurança Institucional/Agência Brasileira de Inteligência. Nestas reuniões, as Forças Singulares e o EMCFA apresentaram e justificaram seus projetos com os respectivos orçamentos, para fins de avaliação (qualitativa e quantitativa).

Destaca-se, ainda, que cada atividade ou projeto que integra a Planilha de Planejamento Orçamentário para os Jogos Rio 2016, foi exaustivamente trabalhado desde a proposta inicial das Forças e sofreram aprimoramentos nas reuniões realizadas no MD, culminando com a apresentação e respectiva justificativa nas reuniões coordenadas pela CC/PR, com a participação dos diferentes órgãos já mencionados.

Aprovada a Planilha de Planejamento Orçamentário e alocados os respectivos recursos, a Assessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE) do EMCFA passou a gerenciar o destaque destes recursos para as Forças Singulares, conforme previsto na Planilha e, também, a administrar os recursos provisionados no âmbito do Departamento de Administração Interna do MD.

Efetuados os destaques para as Forças Singulares, estas passaram a realizar a execução orçamentário-financeira em estrito cumprimento ao que prescrevia a Planilha de Planejamento Orçamentário, acompanhados, tecnicamente, pelos respectivos Órgãos de Controle Interno das Forças Singulares.

Do exposto acima, e com o intuito de cumprir o previsto no Art. 2º da Portaria Normativa Nr 1501/MD, 10MAI2013, a AEGE desenvolve inúmeras reuniões sistemáticas periódicas, e provocou outras de caráter extraordinário, com representantes das três Forças Singulares, do EMCFA e das Subchefias da Chefia de Operações Conjuntas, a fim de coordenar as ações de defesa a serem desenvolvidas, possibilitando obter a sinergia necessária para superar, com oportunidade, os óbices que se apresentaram. Esta coordenação refere-se tanto aos aspectos operacionais, como também visa realizar o acompanhamento da execução orçamentário-financeira, respeitada a autonomia das Forças Singulares e os respectivos sistemas de controle interno.

O acompanhamento acima citado é realizado por meio de relatórios gerenciais da ação 14SY – Apoio à Realização dos Grandes Eventos, obtidos junto ao SIAFI e de informações das Forças.

A Ação 14SY foi criada com o objetivo de acolher os recursos destinados às necessidades listadas na Matriz de Responsabilidades para a COPA FIFA 2014 e, depois, para os Jogos Rio 2016.

No ano de 2014, a ação 14SY – Apoio à Realização de Grandes Eventos, alocou recursos para a Copa Mundo FIFA 2014, utilizando 10 (dez) Planos Orçamentários – PO, evento desportivo concluído em julho do mesmo ano. A mesma ação apresentou o PO 00B – Jogos Olímpicos e Paralímpicos, a fim de possibilitar o desencadeamento inicial das atividades voltadas para o evento e o PO – 00C – Apoio a Realização de Grandes Eventos, que buscou oferecer condições para a execução das operações propriamente ditas, reconhecimentos, treinamentos e deslocamentos de pessoal e material para diferentes pontos do país.

No ano 2015 a Ação 14SY da Lei Orçamentária Anual – LOA, foi estruturada em 5 (cinco) Planos Orçamentários de modo a atender os Eixos: a) Comando e Controle; b) Defesa Nacional; c) Policiamento Ostensivo; d) Prevenção de Incidentes, Catástrofes e Contra Terrorismo; e e) Segurança Vigilância e Eventos Subordinados, limitando-se a atender as necessidades do evento Jogos Olímpicos 2016. O orçamento do ano contemplou, inicialmente, um montante de R\$ 199 milhões, que ao longo do ano foi acrescido de R\$ 45,5 milhões. Contudo diante das restrições de limite para empenho a execução restringiu-se à R\$ 185,8 milhões o que fez com que algumas aquisições programadas para o ano 2015 fossem adiadas para 2016.

20X3 - MOBILIZAÇÃO E LOGÍSTICA PARA A DEFESA NACIONAL

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	20X3					
Título:	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional					
Iniciativa:	Implantação do SINAMOB em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercício e a execução dos planos de mobilização					
Objetivo:	0547 – Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação	Despesa	Restos a pagar inscritos 2015				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
2.650.000	2.650.000	2.561.679	2.434.766	2.321.049	113.717	126.913
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Ação implementada		Unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados-Exercício Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr.01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
970	970	(-1.058)	Ação implementada	Unidade		

FONTE: SIOP

Análise Situacional

Com o recurso aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Chefia de Logística realizou as seguintes atividades na gestão do exercício de 2015, atinente a AÇÃO 20X3:

a) Implantação do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM)

As novas instalações da Chefia de Logística no Anexo do MD (Bloco O, Anexo 1, 3º andar) propiciaram a efetivação do CCLM, que foi interligado com a Rede Operacional de Defesa, possibilitando a manutenção do acesso aos servidores da Chefia de Operações, nos quais estão hospedados o Sistema de Informações Gerencias de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Formulação do Projeto CCLM, o qual foi aprovado como projeto prioritário do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

b) Sistema de Informações Gerencias de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Nova versão instalada em maio

Uma versão atualizada do Sistema foi instalada em maio, contemplando uma série de melhorias e correções.

Entrega do Módulo de Empresa Mobilizáveis

O Módulo de Empresas Mobilizáveis (MODEMOB) foi entregue no início do segundo semestre. O Módulo é uma funcionalidade que propicia à Subchefia de Mobilização receber informações sobre empresas de interesse da Defesa Nacional, selecioná-las e preparar a Portaria Ministerial sobre o tema.

Capacitação no MODEMOB

A formação de pessoal capacitado a utilizar o MODEMOB alcançou sete grandes centros concentradores de organizações militares: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belém, Manaus e Recife.

Utilização nas Operações Interagências Ágata

O SIGLMD foi testado nas Operações Interagências realizadas nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Interoperabilidade do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)

Iniciou-se o atendimento ao preconizado na Lei nº 11.631, que trata do Sistema Nacional de Mobilização. O SIGLMD atua como o concentrador das informações desse Sistema, reunindo os dados oriundos dos diversos Ministérios que o compõe.

Interoperabilidade com sistemas das FA para georreferenciamento de OM

O georreferenciamento das Organizações Militares da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira foi concluído, mediante a interoperabilidade com os sistemas dessas Forças.

c) Formação e Qualificação de Recursos Humanos, com ênfase na Logística e na Mobilização Nacional, no país ou no exterior:

Eventos Internacionais

- África do Sul, com a finalidade de conhecer a experiência dos congêneres da África do Sul sobre Mobilização e sua estrutura organizacional para lidar com o tema.

- Angola, com a finalidade de participar do XVII Encontro de Saúde Militar da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

- Chile, com a finalidade de participar do seminário sobre Contribuição Militar, em Ações Humanitárias e na Gestão de Riscos diante de Emergências e Desastres Naturais em nível de cada país sul-americano.

- Colômbia, com a finalidade de intercambiar experiências com o Ministério da Defesa da Colômbia sobre Logística Conjunta em conflitos armados, operações de paz, calamidades e situações de garantia da lei e da ordem, com vistas a consolidar o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização da CHELOG e obter subsídios à Implementação do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas, além de participar na atividade do Seminário de ciclo de vida de grandes equipamentos do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)/UNASUL.

- Espanha, com a finalidade de participar como observador no Exercício TRIDENT JUNCTURE para atualizar conhecimentos relacionados às experiências logísticas atuais, por meio de participação em exercícios militares das nações amigas.

- Estados Unidos, com a finalidade de realizar visitas técnicas em Instituições Médicas Norte Americanas para ampliar conhecimento relativo à Medicina Operativa.

- Haiti, com a finalidade de participar do Fórum de representação das três Forças para estudo, fomento e discussão relacionados à alimentação nas Forças Armadas e dar sustentabilidade institucional na forma de trabalhos e ações voltadas à segurança dos alimentos.

- Londres, com a finalidade de participar da Conferência *Defense Logistic*, evento que tem se mostrado de alta relevância internacional na atualização de conhecimentos por meio de exposições de painéis sobre as experiências de países nas atividades de coordenação e gerenciamento logístico no cenário atual, e partilhar soluções comuns.

- Peru, com a finalidade de obter conhecimentos em Organizações Militares de Saúde das Forças Armadas voltadas para as atividades de medicina operativa, em prol da obtenção de subsídios à implementação do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas.

- Portugal, com a finalidade de participar do 2º Fórum de Saúde Militar da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Eventos Nacionais

- Na área da Interoperabilidade Logística: organização de seminários para desenvolvimento conjunto de projetos de caráter logístico, relacionados à Subsistência e Medicina Operativa.

- Visita Técnica do Chefe de Logística e do Subchefe de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e Mobilização (SUBAPS) ao CASNAV para verificação do andamento do Projeto SIGLMD, de acordo com as metas estabelecidas no Termo de Compromisso.

- Visitas Técnicas de integrantes da SUBAPS ao CASNAV com intuito de acompanhar o desenvolvimento do Sistema e atualização dos conhecimentos técnicos.

- Participação no Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha (SPOLM), no Rio de Janeiro-RJ.

- Participação no Curso Expedito de Gestão de Projetos cujo objetivo foi a capacitação de um (01) militar na aplicação da metodologia de gerenciamento de projetos, baseado no *Project Management Institute* (PMI).

- Realização da 17ª Reunião da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB e da 1ª Reunião Extraordinária da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB, para tratar de assuntos inerentes ao sistema, na cidade de Brasília-DF.

- Encontro de alto nível para discutir a sistemática de apoio logístico em operações e o papel do Comando Logístico, do Comando Logístico do Teatro de Operações (CLTO), do Comando Logístico da Área de Operações (CLAO), do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) na integração logística durante a realização de exercícios e operações conjuntas das Forças Armadas.

- Deslocamento de uma Viatura Blindada de Combate M60 A3 TTS (VBC M60 A3 TTS), da guarnição de Campo Grande- MS para Boa Vista-RR, com a realização de tiro real, visando ao levantamento de dados de planejamento de um tipo modal de transporte de uma hipotética Brigada Blindada para a Região Norte do País.

- Realização do 1º Curso de Resposta Médica em desastres naturais e antropogênicos na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, com destaque de recursos para aquela Escola adquirir materiais para apoiar o referido Curso.

- Realização de palestra sobre Logística e Mobilização Nacional, para os discentes da disciplina de Logística e Mobilização Militar, do Curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

- Realização da VII Jornada de Interoperabilidade Logística cujos temas principais foram: Os Requisitos Operacionais Conjuntos como processo de Interoperabilidade e o Seminário Internacional de Medicina Operativa, na cidade de Salvador- BA.

- Participação na Visita Oficial da Comitiva do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) à Operação Ágata 9.

- Participação no Seminário de Operações Conjuntas - Controle da ação Planejada no nível estratégico, na cidade do Rio de Janeiro.
- Palestra na Escola Superior de Guerra sobre o Plano de Articulação de Equipamentos de Defesa e identificação de Programas e Projetos em andamento e visita ao Complexo Naval de Abastecimento da Marinha.
- Coordenação do Seminário Internacional de Logística durante a realização da Feira LAAD Defence & Security 2015 (LAAD 2015).
- Realização e participação em palestras com o propósito de divulgar e atualizar a doutrina e as atividades ligadas à Logística e à Mobilização Nacional nas Escolas Militares das Forças Armadas.
- Palestra para o Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN), da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Participação no Seminário de Mobilização Militar, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Participação em reunião da área de Medicina Operativa, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;
- Participação na Conferência sobre CBT – Treinamento Baseado em Computador no Emprego de Tecnologias Imersivas e Interativas, na cidade de São Paulo/SP.
- Visita técnica a empresas nas cidades de São Paulo/SP, São José dos Campos/SP e Curitiba/PR, para autorização à inscrição e renovação de inscrição junto ao MD, na área de aerolevanteamento.
- Participação no evento “Gestão do Ciclo de Vida e Simuladores das Forças Armadas”, em São José dos Campos/SP.
- Participação no XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – João Pessoa-PB.
- Participação na Conferência e Feira de Geomática e Soluções Espaciais, em São Paulo-SP.
- Reunião com a Diretoria de Hidrografia Naval (DHN) no Grupo de Estudos para elaboração da Política Nacional de Geoinformação.
- Realização do 2º Seminário da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL) e do 3º Seminário da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL), na cidade do Rio de Janeiro. Foram realizados destaques de recursos em investimento para a Base de Hidrografia da Marinha BHMN (RJ) apoiar o evento nas condições adequadas.
- Realização do 3º Seminário da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL), na cidade do Rio de Janeiro-RJ e do 4º Seminário da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL), em Salvador-BA.
- Realização de planejamentos logísticos para o Emprego Conjunto das Forças Armadas
- Elaboração do planejamento logístico para o-Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC I), na guarnição de Florianópolis-SC.
- Realização do planejamento logístico para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

- Realização do planejamento estratégico logístico e participação no Planejamento Operacional e Tático das Operações Amazônia 2015 e Águas 9 e 10.
- Reunião da Subcomissão de Saúde da Comissão de Logística Militar (COMLOG), em Brasília/DF.
- Reunião da Subcomissão de Materiais de Intendência e da Subcomissão de Materiais de Motomecanização, da Comissão de Logística Militar (COMLOG), em Brasília/DF.
- Além das participações em eventos externos, foram realizados estudos e atualização acerca da Doutrina de Logística Militar e na área da Interoperabilidade Logística: organização de seminários para desenvolvimento conjunto de projetos de caráter logístico, relacionados à Subsistência e Medicina Operativa.

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	2D55					
Título:	Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa					
Iniciativa:	Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse e da Política Externa Brasileira					
Objetivo:	0554 – Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrina e tecnologias e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2015			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
17.709.200	17.709.200	16.569.304	12.814.549	11.339.785	1.474.765	3.754.755
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto		Reprogramado	Realizado
Evento realizado		Unidade				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
5.353.536	5.775.020	(-43.211)	Evento realizado	unidade		

FONTE: SIOP

Análise Situacional:

Em 2015, foram realizadas reuniões bilaterais e trilaterais com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse do Brasil, tais como: África do Sul, Alemanha, Argentina, China, Equador, Estados Unidos, França, Índia, Peru, Portugal e Suécia.

Tal quantitativo (11), associado às 32 reuniões já realizadas nos anos 2012, 2013 e 2014, ultrapassou a meta de 32 reuniões bilaterais, tendo contribuído para incrementar a inserção do Brasil no cenário internacional. Como fator determinante para tal desempenho, destaca-se os arranjos de gestão levados a efeito desde o primeiro ano do Plano Plurianual (PPA), tais como, o agendamento de reuniões com a necessária antecedência visando à racionalização do emprego dos recursos, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior e a otimização de eventos no País.

Ainda ao longo de 2015, procurou-se executar atividades de cooperação internacional inseridas no âmbito do interesse do MD, no sentido de buscar o fortalecimento das relações bilaterais, particularmente com a Guarda Costeira de Cabo Verde, por intermédio da Missão Naval Brasileira instalada naquele país.

No intuito de aprofundar parcerias regionais, cabe destacar o protagonismo brasileiro na condução e/ou coordenação dos diversos trabalhos relacionados às 22 iniciativas e 5 Grupos de Trabalho do Plano de Ação 2015 do CDS, notadamente nos setores de política de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, operações de paz, formação e capacitação e indústria de defesa, bem como na realização da IV edição do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano para

altos funcionários dos Ministérios de Defesa dos países do CDS, no Rio de Janeiro – RJ, no período de 17 de agosto a 16 de outubro.

No contexto do intercâmbio na área de defesa, ressalta-se a realização dos seguintes eventos em 2015: Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU, que se caracterizou por ser uma reunião regional de consultas aos países da América Latina e Caribe, visando avaliar o estado atual das operações de manutenção da paz e missões especiais das Nações Unidas, bem como identificar as necessidades que deverão emergir no futuro; curso sobre “Dilemas Éticos em Operações de Paz”, promovido pelo MD e o Governo do Canadá, que contou com a participação de militares e pesquisadores brasileiros e canadenses, bem como com a presença de representantes de 13 países da América Latina e Caribe; e Seminário voltado para Operações de Paz, para os países membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que teve a participação de 48 representantes daqueles países e tratou de temas relacionados a dilemas éticos, experiência brasileira no Líbano e questão de gênero em operações de paz.

É relevante mencionar ainda a participação brasileira nas reuniões promovidas pelo Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do seu Centro de Análise Estratégica.

Adicionalmente, é importante registrar a implantação da Adidância de Defesa na Suécia em 2015, que contribuirá para o fortalecimento do setor de defesa brasileiro no exterior, em conjunto com as Adidâncias já implantadas, desde o primeiro ano do PPA, em Cabo Verde, Etiópia, Indonésia, Líbano, República da Coreia, Senegal e Turquia.

Por fim, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento ao longo de todo o período do PPA, a despeito da variação significativa da taxa de câmbio do dólar, observada em 2015, o que levou a Chefia de Assuntos Estratégicos a adotar, ao longo do ano, rigorosas medidas de controle e os arranjos de gestão mencionados anteriormente, proporcionando as correções de rumo necessárias à execução do seu Plano de Trabalho.

151D – OBTENÇÃO DE SISTEMAS DE DEFESA ANTIAÉREA

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	151D					
Título:	Obtenção de Sistema de Defesa Antiaérea					
Iniciativa:	Obtenção de Armamentos e Sistemas de Defesa Antiaérea					
Objetivo:	0461 – Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistema de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2015			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
25.000.000	23.197.748	172.444	172.444	172.444	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		Percentual de execução física				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentaria e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2015	Valor Liquidado		Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
8.907.760	592.136		(-49.000)	Sistema implantado	Percentual de execução	

FONTE: SIOF

Análise Situacional:

O Projeto OBTENÇÃO DE SISTEMA DE DEFESA ANTIAÉREA (OSDA) visa compor um Sistema de Artilharia Antiaérea com capacidade operacional compatível para responder de modo pronto e eficaz as necessidades de defesa das Estruturas Estratégicas Nacionais (infraestrutura econômica, política e de comando e controle do País).

O Projeto consiste da aquisição de materiais de Defesa Antiaérea de baixa e média alturas com transferência irrestrita de tecnologia; do desenvolvimento da integração de plataformas, sensores e sistemas de comando e controle ao Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA); e da atualização e modernização de todo o Sistema, com vistas ao desenvolvimento de Produtos de Defesa (PRODE), com conteúdo nacional, por Empresas Estratégicas de Defesa (EED).

Isso posto, numa primeira fase, com o fito de atender à demanda estratégica emergencial nacional, planejou-se adquirir 2 (duas) Baterias de Artilharia Antiaéreas de Baixa Altura; 3 (três) Baterias de Artilharia Antiaéreas de Média Altura ambas dotadas de itens logísticos, de simulação e capacitação de operação e manutenção; e realizar a integração dessas Baterias ao SISDABRA, por

meio do desenvolvimento de 3 (três) Centros de Operações Antiaéreas e 3 (três) Sensores Multimissão (Radar SABER M200) de Bateria Antiaérea de Média Altura.

Nesse sentido, foram destacados recursos do PO-0002 (Aquisição de Bateria Antiaérea de Média Altura) para o Comando do Exército no valor de R\$ 172.444,00.

NACIONAL

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	147F					
Título:	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional					
Iniciativa:	Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto					
Objetivo:	0534- Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequadas de comunicação, comando e controle.					
Programa:	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não			Caso Positivo:() PAC	() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2015			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
11.000.000	11.000.000	8.904.607	3.290.265	1.957.884	1.332.382	5.614.342
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		Percentual de execução física				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Sistema implantado	Percentual de execução		

Análise Situacional

Sob o ponto-de-vista da **execução física**, percebe-se que os valores contemplados situaram-se muito aquém daqueles que constavam da pré-proposta orçamentária (R\$ 81,8 milhões). Considerando que os produtos do sistema implantado são medidos por meio do **percentual de execução física**, pode-se afirmar que somente 10,8% dos resultados esperados poderão ser atingidos, uma vez que ainda existem restos a pagar para o ano de 2016 (de acordo com as razões apresentadas no item 5. Desenvolvimento, deste relatório).

Diante de todo esse quadro, pode-se afirmar que os principais problemas encontrados, no ano considerado, residiram na questão orçamentária e financeira. Os cortes/contingenciamentos impostos pela administração pública federal dificultaram a consecução dos objetivos traçados para o exercício de 2015. Acrescente-se, também, que a necessidade de **desenvolver** produtos tornou o processo de aquisição mais lento.

Vale lembrar que o PO Nr 2 da Ação Orçamentária 147 F iniciou, em 2015, seu primeiro ano de execução e já sofreu significativos cortes, não havendo, portanto, série histórica orçamentária anterior que sirva de referência.

Impactos orçamentários

Atrasos e/ou adiamentos nas ações iniciais do Programa, já no segundo ano de execução orçamentária, ocasionaram descrédito na implantação oportuna das medidas necessárias para o fortalecimento da Defesa Cibernética nacional, conforme previsto na Portaria Normativa nº 2777/MD, de 27 de outubro de 2014, tanto junto aos atores internos (MD e Forças Armadas), quanto aos atores externos nacionais de interesse (instituições governamentais, academia, iniciativa privada e instituições não governamentais que atuam no setor), como também aos atores externos internacionais, que mantêm parcerias de interesse mútuo com o Brasil nesse setor estratégico.

Acrescente-se, ainda, aos impactos orçamentários, o/a (s):

- atrasos na implantação dos projetos, retardando as entregas e a obtenção dos benefícios esperados pela sociedade;
- descumprimento de prazos anteriormente estipulados, podendo acarretar, em seguida, aumento na necessidade de recursos;
- desligamento de recursos humanos, com talentos e capacidades próprias ao setor cibernético, por falta de credibilidade no setor cibernético;
- aumento de custos decorrentes da interrupção e da retomada das atividades dos projetos;
- comprometimento na qualidade e nos prazos de entrega das ações a realizar, dos contratos firmados e dos produtos adquiridos;
- interrupções nos processos de nacionalização dos componentes do setor cibernético, que se traduz na busca pela independência tecnológica na área cibernética;
- aumento da vulnerabilidade do setor cibernético, agravando o panorama existente; e
- não atendimento aos marcos legais estabelecidos.

Na verdade, o setor cibernético não vem sendo tratado como atividade estratégica de Estado, cujo orçamento não deveria estar atrelado às variações econômicas de governo. Como setor estratégico, essencial e decisivo para a Defesa Nacional, precisa estar, de fato, entre as mais altas prioridades estabelecidas pelo País.

Verifica-se que a atual arquitetura não atende aos preceitos da END e cria vulnerabilidades para a segurança da informação e comunicação. Não obstante, ainda assume o risco de comprometer o elevado conceito alcançado pela defesa cibernética brasileira ao longo desses anos, bem como afetar as parcerias internacionais já constituídas.

Sem o aporte dos recursos planejados, o nível de excelência conquistado até agora poderá não se sustentar, tamanha a velocidade tecnológica que vem sendo agregada ao setor cibernético.

A ausência de série histórica no PO Nr 2, da Ação 147 F, por sua vez, não favorece a visualização do orçamento e seu criterioso planejamento. Mais do que isso, penaliza o setor por, ainda, não refletir os verdadeiros objetivos do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional.

É necessário, portanto, que sejam captados recursos compatíveis para o PO e Ação consideradas, com a importância, prioridade e urgência que o assunto requer.

4.3 Informações consolidadas sobre as ações relacionadas a emprego das Forças Armadas em Grandes Eventos:

4.3.1 As ações relacionadas ao emprego das Forças Armadas em Grandes Eventos estão contempladas nas diretrizes:

- a. Lei Nr 12.035, de 1º de outubro 2009
Institui o Ato Olímpico, no âmbito da Administração Pública Federal.
- b. Decreto, de 13 de 20 setembro 2012.
Institui o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016.
- c. Portaria Normativa Nr 2.221 Ministério da Defesa, de 20 agosto 2012.
Aprova a Diretriz Ministerial que estabelece orientações para a atuação do Ministério da Defesa nas atividades compreendidas nos Grandes Eventos.
- d. Portaria Normativa Nr 1501 do Ministério Defesa, de 10 maio 2013.
Institui a Assessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE-MD), estabelecendo sua finalidade, composição e atribuições.
- e. Portaria Normativa 232- Ministério da Defesa, de 30 janeiro 2015, (Alterada pela Portaria Normativa 1.679, de 4 de agosto 2015).
Aprova a Diretriz Ministerial que estabelece a orientações para as ações gerais do Ministério da Defesa e das Forças, em apoio dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016.
- f. Portaria Interministerial Nr 1, de 30 Set 15 (DOU Nr 195, de 13 Out 15).
Aprova o Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI) para os Jogos Rio 2016, que particulariza as áreas de atividades e acrescenta outras que contribuirão para a segurança do evento.

4.3.2 Volume de recursos previstos e efetivamente aplicados, em comparação com o cronograma físico e financeiro aprovado

Na Lei Orçamentária Anual de 2015 a Ação 14SY – **Apoio à Segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016**, estabeleceu um total de R\$ 199.000.000,00, acrescido de crédito suplementar da ordem de R\$ 45.500.000,00, o que, em função de restrições orçamentárias somente permitiu empenho no limite de R\$ 185.800.000,00 milhões, cuja diferença será proposta para ser coberta com suplementação no Orçamento de 2016, a fim de possibilitar a conclusão dos projetos previstos.

Lei Orçamentária Anual – 2015 – AÇÃO 14SY						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
199.000.000	244.550.000	185.842.322	89.654.309	78.529.479	11.124.830	96.188.013

FONTE: SIOF

A aplicação efetiva dos recursos alocados possibilitou a execução física planejada, com os necessários ajustes, sem prejuízo dos resultados finais desejados. Em relação à execução financeira, não houve dificuldades quanto à obtenção de numerário, restringindo-se as eventuais demoras na liquidação das despesas, aos processos de recebimentos dos materiais/serviços, devidos às suas peculiaridades/complexidades e necessidade de importações.

4.3.3 Considerações quanto às limitações de natureza orçamentária e operacional ocorridas

Cabe destacar que, no ano de 2015, embora tivesse ocorrida a restrição orçamentária, não houve consequências significativas, que tenham causado limitações operacionais expressivas, pelo fato de ter ocorrido no primeiro ano do planejamento plurianual de atendimento ao evento, o que possibilitou a realização dos ajustes necessários, contando com o comprometimento das Forças Singulares para a realização das atividades operacionais.

O planejamento operacional tem se mostrado adequado, assegurando a flexibilidade necessária para os fatos novos surgidos durante a preparação e a execução das ações de Segurança para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Ressalta-se que, caso não seja mantida a previsão orçamentária para o ano de 2016, assim como o atendimento de proposta de expansão dos valores previsto para o custeio das operações, a opção será priorizar a alocação dos recursos para os Planos Orçamentários/PTRES que proporcionem melhores condições de segurança, em detrimento de outras atividades, cabendo ressaltar que, aquelas consideradas redundantes, já foram eliminadas.

4.3.4 Resultados das ações desenvolvidas, bem como os processos e ferramentas de monitoramento, utilizados no acompanhamento da execução das atividades

O Ministério da Defesa e as Forças Singulares programaram estruturas e mecanismos específicos para possibilitar a realização do planejamento, do preparo e da execução das diferentes atividades em proveito da Segurança dos Grandes Eventos, no que se refere às ações do eixo Defesa Nacional.

Assim, o Ministério da Defesa criou a “Assessoria Especial para Grandes Eventos” (AEGE/MD.), a Marinha do Brasil criou o “Comitê Olímpico do Estado-Maior da Armada”, o Exército Brasileiro criou a “Assessoria Especial para Grandes Eventos do Estado-Maior do Exército” e a Aeronáutica criou a “Assessoria de Grandes Eventos” do Estado-Maior da Aeronáutica. Estas estruturas, que são temporárias, contam com organização específica em efetivos com dedicação exclusiva.

O Ministério Defesa, por intermédio da AEGE-MD, realiza reuniões, com representantes das Forças Singulares, visando monitorar as ações realizadas, acompanhar a execução financeira, verificando sua coerência com o conjunto de 65 (sessenta e cinco) projetos integrados, a cargo das Forças Singulares, os quais reúnem todas as capacidades necessárias à segurança dos Jogos Olímpicos, assim como o planejamento operacional aprovado.

Como ferramenta essencial destacam-se as reuniões sistemáticas conduzidas por este Ministério, com destaque para as reuniões quinzenais conduzidas pelo Vice Chefe de Operações Conjuntas com a participação presencial de representantes do EMCFA e das Forças Singulares e com a participação de integrantes dos Comandos Operacionais das Forças, dos Comandos Centralizados (Prevenção e Combate ao Terrorismo, Defesa Cibernética e Fiscalização de Explosivos) e dos 5 Coordenadores de Defesa de Área, por meio de videoconferência.

Estas atividades têm por objetivo realizar o acompanhamento das ações operacionais em desenvolvimento e a serem desenvolvidas, manter a consciência situacional, reajustar meios buscando a maior sinergia entre os elementos empregados, assim como realizar o acompanhamento orçamentário-financeiro, possibilitando ainda, acompanhar a coerência entre as ações operativas e as orçamentárias, permitindo a correção de rumos e uma maior eficácia na aplicação dos recursos.

As principais ferramentas utilizadas são os projetos básicos das Forças Singulares, bem como os Planos Estratégico e Operacionais, além de Planilhas de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira da Ação 14SY – Apoio à realização de Grandes Eventos, que discrimina, com oportunidade, a previsão e o emprego dos recursos alocados para as Forças Singulares.

4.3.5 Considerações sobre Resultados alcançados

Os excelentes resultados alcançados nos eventos anteriores, tais como: Jogos Pan-Americanos, Jogos Mundiais Militares, Rio+20, Copa das Confederações 2013, Jornada Mundial da Juventude 2013 e Copa do Mundo 2014, no que se refere à Segurança foram destacados positivamente tanto no cenário nacional e internacional, tornando-se um legado significativo de expertise no apoio à segurança de grandes eventos.

A continuada e progressiva evolução dos trabalhos, com aproveitamento de experiências de outros países, associados aos Eventos Teste, têm assegurado a aquisição crescente de expertises nas diversas áreas de atuação das Forças Armadas.

Os resultados têm sido positivos para as Forças Singulares no que se refere à modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação – TI, atualização e ampliação na área de comunicação rádio digital, aperfeiçoamento do sistema de comando e controle, manutenção da capacidade operacional de aeronaves, navios e viaturas. Destaca-se, ainda, a ampliação do conhecimento e legado material na área de prevenção de incidentes químicos, biológicos, radiológicas e nucleares, assim como nas atividades voltadas a defesa cibernética e a prevenção de incidentes e catástrofes e para enfrentamento ao terrorismo.

O sistema de governança tem sido submetido a constantes aperfeiçoamentos ao longo do curso das ações desenvolvidas, mais recentemente apoiado na experiência da execução das atividades referentes à Copa FIFA 2014, mostrando-se adequado quanto aos conceitos de organização e gestão.

Por fim, importante citar o grande ganho no campo da capacitação de pessoal, no aprimoramento das atividades conjuntas e interagências, possibilitando integração entre militares das Forças Singulares, e entre estes e os representantes de outros órgãos e agências, fato que tem proporcionado a complementariedade de tarefas, fator indispensável para a economia, racionalização e perfeito emprego dos meios disponíveis e a obtenção de melhores resultados.

4.4.1 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária – IARA

Tabela 02: Indicador de Desempenho – IARA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação de recursos.
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Ação Orçamentária.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IARA.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos de cada setor do EMCFA, por Ação Orçamentária.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas).	$IARA = (\text{Montante de recursos liquidados por Ação, no período} / \text{recursos autorizados por Ação, no período}) * 100.$
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
Avaliação	95% a 100% – excelente 80% a 94,99% – muito bom 70% a 79,99% – bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% – insuficiente
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial ou SIOP.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Recursos Liberados	Recursos Liquidados	IARA (%)
2D55	17.709.200,00	12.814.549,00	72,36%
14SY	199.000.000,00	89.654.309,00	45,05%
20X1	309.100.000,00	140.264.695,00	45,37%
20X3	2.650.000,00	2.434.766,00	91,87%
20X5	32.514.291,00	21.061.249,00	64,77%
20X7	37.928.472,00	27.932.696,00	73,64%
2872	8.651.099,00	4.075.027,00	47,10%
6557	10.000.000,00	6.537.175,00	65,37%

Índice de Operação Conjunta- IOC

Tabela 03: Indicador de Desempenho – IOC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 20X7 - PO 0001).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Operação Conjunta.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IOC.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução do emprego conjunto das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operador de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IOC = (Operações\ Conjuntas\ realizadas / Operações\ Conjuntas\ previstas) * 100.$
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3.3).
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Operações (SC-3).

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Op Cj Previstas	Op Cj Realizadas	IOC (%)
20X7 - PO 0001	2	2	100

Análise:

Foi atingido 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas - IBR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Cooperação internacional (Ação 2D55).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IBR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução das Reuniões Bilaterais
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE e Subchefes.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IBR = (\text{Reuniões Bilaterais realizadas} / \text{Reuniões Bilaterais previstas}) * 100.$
Avaliação	95% a 100% – excelente 80% a 94,99% – muito bom 70% a 79,99% – bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% – insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Reuniões Previstas	Reuniões Realizadas	IBR (%)
2D55	8	11	137,5

Análise:

As realizações efetivadas superaram em 37,5% o planejado. Refletindo uma otimização dos recursos empregados além do adequado planejamento e execução das metas.

Índice de Intensificação da Presença na Fronteira – IPF

Tabela 04: Indicador de Desempenho – IPF

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 20X7 - PO 0002).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Área de Fronteira
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IPF
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a presença das Forças Armadas na vigilância, controle e defesa das fronteiras terrestres, aérea e fluviais brasileiras, conforme preconizado na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IPF = (Op\ Pres\ FA\ Área\ de\ Fronteira\ realizadas / Op\ Pres\ FA\ Área\ de\ Fronteira\ previstas) * 100.$
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3.2)
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Operações (SC-3)

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Op Pres FA A Front Previstas	Op Pres FA A Front Realizadas	IPF (%)
20X7 - PO 0002	10	10	100

Análise:

Foi atingido 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas – IAALR

Tabela 05: Indicador de Desempenho – IAALR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 20X1).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAALR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução de atividades de apoio para a MINUSTAH.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAALR = (Número de atividades de apoio logístico realizadas/ Número atividades de apoio logístico previstas) * 100. Obs: Exemplos de atividades de apoio: voos de manutenção e de ressuprimento, viagens de navios de apoio logístico etc.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	Seção de Logística e Operações de Paz (SC4-2)
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Gabinete da Subchefia de Logística Operacional

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Atv Ap Previstas	Atv Ap Realizadas	IAALR (%)
20X1	47	46	98

Análise:

- a. Coordenação do Rodízio – atividade realizada visando à coordenação dos voos de rodízio em apoio aos contingentes substituto e substituído (02 planejados/ 02 realizados);
- b. Coordenação da Viagem de Manutenção – coordenar a realização da viagem de manutenção de forma a permitir o levantamento das necessidades e otimização na realização dos reparos necessários nos equipamentos dos contingentes brasileiros (04 planejadas/ 04 realizadas);

- c. Acompanhar as Inspeções de Prontidão Operacional – inspeções realizadas pela ONU e acompanhadas pelo MD com a finalidade de verificar o percentual de reembolso devido ao país contribuinte de tropa (02 planejadas/ 02 realizadas);
- d. Voos de Reconhecimento – viagens de reconhecimento que militares do contingente substituto realizam visando verificar a situação atual na área de operações e realizar contatos precursores com os militares que se encontram na missão (04 planejados/ 03 realizados);
- e. Voos de Manutenção – viagens voltadas para a manutenção de equipamentos dos contingentes brasileiros empregados. Cabe ressaltar que a disponibilidade dos equipamentos influencia diretamente o reembolso que o Brasil receberá da ONU (04 planejados/ 04 realizados);
- f. Voos de Rodízio – transporte de pessoal voltado para o rodízio de tropa na MINUSTAH (14 planejados/ 14 realizados);
- g. Viagem de Avaliação – viagem com a finalidade de avaliar os diversos fatores logísticos e operacionais envolvidos na missão de forma a verificar o correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (02 planejadas/ 02 realizadas);
- h. Voos Logísticos – viagens voltadas para o reabastecimento de itens necessários na área de operações (14 planejados/ 14 realizados);
- i. Navio de Apoio Logístico – viagem realizada por navios de apoio logístico com a finalidade de abastecer, transportar ou repatriar equipamentos dos contingentes brasileiros (02 planejadas/ 02 realizadas); e
- j. Instalação do SISCOMIS nos navios brasileiros da UNIFIL – preparação dos navios designados para participarem da FTM-UNIFIL (02 planejada/ 02 realizada).

Foi atingido 98% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas – IAAPR

Tabela 06: Indicador de Desempenho – IAAPR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (20X1).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAAPR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da realização de atividades voltadas para a preparação dos contingentes da MINUSTAH.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAAPR = (Número de atividades de apoio realizadas/ número de atividades de apoio previstas)*100. Obs: Exemplos de atividades de apoio à preparação: estágio de preparação de Cmt e EM, Exercício Avançado de Operações de Paz, etc.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Logística e Operações de Paz (SC4-2)
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Gabinete da Subchefia de Logística Operacional.

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Ativ Ap Prep Prev	Ativ Ap Prep Realiz	IAAPR (%)
20X1	30	27	90

Análise:

- a. Exercício Avançado de Operação de Paz – exercício que visa à última verificação operacional do contingente a ser enviado e a verificação do correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (04 planejados/ 03 realizados);
- b. Palestra de Operações de Paz no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) – palestras da SC-4 no CCOPAB visando à preparação do contingente (03 planejadas/ 01 realizada);
- c. Reunião de Comando e Estado-Maior – reunião realizada no MD que abre o círculo de atividades de preparação para os Contingentes Brasileiros empregados em Operações de Paz (04 planejadas/ 04 realizadas);
- d. Cursos de Operações de Paz – cursos que visam o aperfeiçoamento e preparação de militares para o desempenho de atividades voltadas para a condução e administração de operações de Paz (02 planejados/ 02 realizados);
- e. Participação em Seminários de Operações de Paz – participação de militares em seminários voltados para o debate e fomento de discussões sobre questões atuais voltadas para as operações de paz (03 planejados/ 03 realizados); e
- f. Reuniões de Coordenação para o Apoio Logístico – reuniões voltadas para a coordenação e levantamento das necessidades de embarque em voos e navios de apoio logístico para os contingentes brasileiros (14 planejadas/ 14 realizadas).

Foi atingido 90% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – IASISMC²

Tabela 07: Indicador de Desempenho – IASISMC²

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISMC ² (Ação 20X5 – PO 0005)
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC ² .
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISMC ²
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de implementação e ampliação do SISMC ² .
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISMC ² = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - modernização de meios e sistemas dos Centros de Comando e Controle; integração dos Centros de Comando e Controle; suporte instrucional, doutrinário e operacional de Comando e Controle às Operações Conjuntas, Força de Paz e às Atividades Subsidiárias; e capacitação de recursos humanos.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Plano Anual de Trabalho, Contratos de Objetivos, Pedidos de Cooperação e número de execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.2
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.1

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Operação integrada dos Centros de Comando e Controle Permanentes (MD-MB, MD-EB e MD-FAB)	5	5	100
2. Apoio de Comando e Controle às Operações de Adestramento Conjuntos	2	2	100
3. Suporte de Comando e Controle às Operações	2	2	100

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
de Força de Paz (Haiti e Líbano).			
4. Operações Interagências (Ágata)	3	3	100
5. Adestramento de C ² visando operações militares para pessoal do MD e Forças Singulares.	5	5	100
6. Disseminação da Doutrina Militar de C ² .	5	5	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			600
Número de atividades previstas			6
IASISMC ² (%)		100 %	

Análise:

Foi atingido 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – IASISCOMIS

Tabela 08: Indicador de Desempenho – IASISCOMIS

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISCOMIS (Ação 20X5, PO 0001 e 0003).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISCOMIS
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de manutenção e ampliação do SISCOMIS.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISCOMIS = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais, terrestres e de manutenção da rede do SISCOMIS; aquisição de terminais transportáveis visando à ampliação da rede de banda X do SISCOMIS; aquisição de sobressalentes, instrumentos de testes e modernização da rede com substituição de equipamentos obsoletos; capacitação de recursos humanos etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.3
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.1

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais.	6	6	100
2. Fiscalização dos contratos de manutenção dos equipamentos.	1	1	100

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
3. Modernização das Estações Terrenas do SISCOMIS	1	0,5	50
4. Aquisição de sobressalentes para Terminais Satelitais	1	1	100
5. Outorga do SGDC	1	1	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			450
Número de atividades previstas			12
IASISCOMIS (%)		90%	

Análise:

Foi atingido 90% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Atividades do Sistema Comunicações Militares Seguras – IASISCOMILSEG

Tabela 09: Indicador de Desempenho – IASISCOMILSEG

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISCOMILSEG (Ação 20X5 PO 0004).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Sistema Comunicações Militares Seguras.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISCOMILSEG
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações do SISCOMILSEG.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISCOMILSEG = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - conclusão da Arquitetura; aprovação da arquitetura; capacitação de pessoal; modernização e manutenção dos laboratórios; contratação de recursos humanos; confecção de projetos básicos etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.2
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.1

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Desenvolvimento do projeto RDS	1	1	100
2. Capacitação de recursos humanos.	2	2	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			100
Número de atividades previstas			3
IASISCOMILSEG (%)		100%	

Análise:

Foi atingido 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa – IASIGLMD

Tabela 10: Indicador de Desempenho – IASIGLMD

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Ação 20X3 – PO 0005)
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas e Mobilização de Defesa
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASIGLMD
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Acompanhar programas e projetos logísticos, visando à integração dos requisitos operacionais das Forças Armadas e demais órgãos governamentais, em coordenação com a Secretaria de Produto de Defesa
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e a SUBILOG
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASIGLMD = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% Muito Bom 70% a 79,99% Bom 50% a 69,99% Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Integração Logística
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias (ASAO) – CHELOG

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1-Visitas Técnicas no Centro de Análise do Sistemas Navais (CASNAV)	6	6	100%
2-Capacitação MODEMOB	7	7	100%
3-Desenvolvimento do Sistema de Informações	5	5	100%

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
Gerenciais de Logística e Mobilização (SIGLMD)			
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			300%
Número de atividades previstas			3
– IASIGLMD (%)		100%	

Análise:

Foi atingido 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional – IAMDN

Tabela 11: Indicador de Desempenho – IAMDN

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Mobilização para Defesa Nacional (Ação 20X3 - PO 0006 e PO-0007)
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAMDN.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades da implantação e do preparo da Mobilização para Defesa Nacional.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAMDN = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção de Mobilização.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias (ASAO) - CHELOG

-- Resultados da Avaliação no Exercício: PO 0006

Atividades	Planejados	Realizados	%(R/P)*100
1. Viagem de Estudo ao exterior	2	2	100
2. Palestras na Escola Superior de Guerra (ESG) para o curso de Logística e Mobilização Nacionais (CLMN)	1	1	100
3. Estudo de Caso de subsistemas do SINAMOB para o CLMN	2	2	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			300
Número de atividades previstas			3
IAMDN (%)		100	

- Resultados da Avaliação no Exercício: PO 0007

Atividades	Planejados	Realizados	%(R/P)*100
1-Participação em Palestras e Seminários voltados para Logística e Mobilização Nacional.	7	7	100
2-Levantamento da Situação da Logística Nacional de Interesse da Defesa.	5	5	100
3-Participação na Operação Amazônia 2015	1	1	100
4-Organização de um Encontro de alto nível para discutir a sistemática de apoio logístico em operações e o papel do Comando Logístico, Comando Logístico do Teatro de Operações (CLTO), Comando Logístico da Área de Operações (CLAO), Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) na integração logística com as Forças Singulares.	1	1	100
5-Participação no Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC 1)	1	1	100
6-Deslocamento de Viatura Blindada de Combate para realização de tiro real, visando levantamento de dados de Planejamento de um tipo modal de transporte	1	1	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			600
Número de atividades previstas			6
IAMDN (%)			100%

Análise:

Foi atingido 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Atividades de Preparo e Emprego do Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL)

Tabela 12: Indicador de Desempenho – ISISCOMIL

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO				
Identificação do Processo:	Preparo e Emprego do Sistema de Mobilização Militar (ISISMOMIL) (Ação 20X3 - PO 0008)			
Identificador de: Eficácia				
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Preparo e Emprego do Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL)			
Mnemônico: (Sigla do indicador)	SISMOMIL			
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades de Preparo e Emprego do Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL)			
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Operadores de Ação.			
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.			
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	SISMOMIL = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.			
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.			
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.			
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção de			
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.			
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias (ASAO) - CHELOG			
Atividades		Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1-Participação nas Operações do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas		4	4	100
2-Palestras nas Escolas de Cursos Superiores Militares		8	8	100
3-Participação na Capacitação dos Operadores do Módulo de Empresas Mobilizáveis (MODEMOB) do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa		4	4	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas				600
Número de atividades previstas				3
IAMDN (%)				100%

Análise:

Foi atingido 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão – IAPSC

Tabela 13: Indicador de Desempenho – IAPSC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Projeto Soldado Cidadão (Ação 6557)
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAPSC
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFE, CHELOG e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAPSC = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades de Acompanhamento e Coordenação.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% Muito Bom 70% a 79,99% Bom 50% a 69,99% Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção do Serviço Militar
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo / medição	Assessoria da Seção do Serviço Militar

- Resultados da Avaliação no Exercício Ação 6557:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1-Provisão de recursos para o Comitê Gestor	1	1	100
2-Destaque de recursos para a Marinha do Brasil	1	1	100
3-Destaque de recursos para o Exército Brasileiro	1	1	100
4-Destaque de recursos para a Força Aérea Brasileira	1	1	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			400
Número de atividades previstas			4
IAPSC (%)			100%

Análise:

Foi atingido 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

5. GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do EMCFA é baseada no Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas possui a seguinte estrutura organizacional:

1. Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:

1.1 Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

2. Chefia de Operações Conjuntas:

- 2.1. Subchefia de Comando e Controle;
- 2.2. Subchefia de Inteligência Operacional;
- 2.3. Subchefia de Operações; e
- 2.4. Subchefia de Logística Operacional;

3. Chefia de Assuntos Estratégicos:

- 3.1. Subchefia de Política e Estratégia;
- 3.2. Subchefia de Inteligência Estratégica; e
- 3.3. Subchefia de Assuntos Internacionais; e

4. Chefia de Logística:

- 4.1. Subchefia de Integração Logística;
- 4.2. Subchefia de Mobilização; e
- 4.3. Subchefia de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e de Mobilização.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) foi criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão de promover e coordenar a interoperabilidade entre as Forças Singulares e assessorar o Ministro da Defesa. O EMCFA participa diretamente do planejamento e da coordenação das ações de emprego conjunto das Forças Armadas.

Cabe ao EMCFA planejar o emprego conjunto e integrado de efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, otimizando o uso dos meios militares e logísticos na defesa do país e em operações de paz, humanitárias e de resgate; segurança das fronteiras; e ações de Defesa Civil.

O cargo de chefe do EMCFA é privativo de um oficial-general do último posto, da ativa ou da reserva, indicado pelo Ministro da Defesa e nomeado pela Presidência da República.

Seu grau hierárquico é o mesmo dos comandantes militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A estrutura de governança do EMCFA é composta de três Chefias ocupadas por Oficiais-Generais do último posto, sendo um de cada Força Armada, indicados pelos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Cada chefia possui uma Vice-Chefia e Subchefias ocupadas por oficiais-generais de três e duas estrelas sob o esquema de rodízio entre as Forças.

Sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas funciona também o Comitê dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Singulares, criado por intermédio da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. O colegiado reúne-se bimestralmente e tem por finalidade assessorar o Ministro da Defesa na coordenação e planejamento de ações conjuntas e incrementar a interoperabilidade entre as Forças.

Missão do EMCFA

Assessorar o ministro da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares

Visão de Futuro do EMCFA

Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como o órgão do Ministério da Defesa que coordena as operações militares e a atuação dos meios empregados pelas Forças Singulares nas ações de defesa civil, atuando em consonância com os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A avaliação do cumprimento dos objetivos institucionais, das metas previstas no PPA 2012-2015, bem como os mecanismos de controle internos adotados para assegurar uma gestão eficiente são realizadas da seguinte forma:

- Por meio de procedimentos formalizados em documentos, tais como Diretrizes, Ordens Internas, Manuais e controle das diversas atividades realizadas;
- Todas as tarefas realizadas são de conhecimento dos responsáveis, o que facilita a identificação e avaliação, visando à tomada de decisões;
- Os procedimentos de controle estão institucionalizados por meio de Diretrizes, que são divulgados a todos os envolvidos nos processos;
- A informação e a comunicação são realizadas mediante documentos administrativos, meios eletrônicos, quadros de avisos e reuniões;
- Semanalmente, a Assessoria de Planejamento Orçamento e Gestão, realiza uma reunião com os Operadores de todas as Ações de responsabilidade do EMCFA com o intuito de consolidar as informações orçamentárias obtidas, são gerados Relatórios Gerenciais – que permitem Análise Qualitativa e Quantitativa das Ações gerenciadas;

• Além disso, as referidas informações foram acompanhadas, por meio dos seguintes Sistemas:

- a) SIAFI – Gerencial, por meio da obtenção de diversos relatórios, visando realizar o acompanhamento tempestivo da execução orçamentária das Ações;
- b) Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) – a fim de registrar e acompanhar o monitoramento temático, conforme as seguintes atividades periódicas: apuração dos Indicadores, análise situacional dos Objetivos de cada Programa, averiguação do alcance das Metas declaradas no Plano e análise situacional dos Empreendimentos Individualizados como iniciativas;
- c) Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);
- d) Relatórios Gerenciais – análise qualitativa e quantitativa da execução orçamentária;
- e) Planilhas de Controle Orçamentários;
- f) Por meio da análise dos Indicadores de Desempenho; e
- g) Anualmente, é solicitada uma prestação de contas de todos os recursos destacados que foram disponibilizados para a UJ. (disponibilizadas na Assessoria de Planejamento Orçamento e Gestão)

5.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

O Decreto DECRETO Nº 7.974, DE 1º DE ABRIL DE 2013, em seu Art 30 prescreve:

“Art. 30. Ao Departamento de Administração Interna compete:

I - coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério da Defesa quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros e ao transporte;

*.
.
.*

IV - desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e observadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares; e

V - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Programa Calha Norte, incluindo os recursos recebidos por descentralização, e exercer, por delegação do Secretário de Organização Institucional, as atribuições de ordenador de despesas.”

No decorrer do ano de 2015, não foram identificados ilícitos administrativos no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

5.3 Gestão de Riscos e Controles internos

O acompanhamento físico-financeiro das ações sob a responsabilidade desta UJ, é realizado de maneira sistêmica e pautado em atos normativos e publicamente conhecidos por todos os gestores.

O gerenciamento constante dos recursos disponibilizados contribui para uma adequada avaliação dos impactos causados pelos contingenciamentos orçamentários impostos pelo Governo Federal, tendo como consequência a mitigação de riscos inerentes à administração, quais sejam:

- eventuais cancelamentos de contratos;
- desequilíbrio financeiro;
- desobediência à Lei de Responsabilidade Fiscal; e
- descumprimento de metas planejadas;

Nesse contexto, o EMCFA dissemina a todos os seus colaboradores que uma atitude positiva dos membros componentes da instituição, o papel de liderança de um gerente, aliado ao desempenho proativo da Alta Administração e a obediência aos normativos de controles internos vigentes, concorrem para a redução de perdas e danos no âmbito da Unidade.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas como Unidade diretamente subordinada ao Ministro da Defesa, disponibiliza em seu Sítio Links que podem ser utilizados para fins de demandas, reclamações, denúncias e ou sugestões.

<http://www.defesa.gov.br>



No sítio é possível o cidadão acessar todas as informações de caráter institucional

Missão Assessorar o ministro da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares.	Visão Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como o órgão do Ministério da Defesa que coordena as operações militares e a atuação dos meios empregados pelas Forças Singulares nas ações de defesa civil, atuando em consonância com os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
---	---

6.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.



No sítio da Unidade é possível consultar dados orçamentários do ano corrente e anos anteriores, bem como gráficos que elucidam a evolução dos recursos disponibilizados para o Ministério ao qual o Estado-Maior Conjunto está inserido.

6.3 Quanto às demandas da Lei de Acesso à Informação, no que diz respeito exclusivamente a Pedidos de Informação, no âmbito do EMCFA:

Abaixo, segue um levantamento estatístico, anual, de demandas da LAI.

DEMANDAS DA LAI – PEDIDOS DE INFORMAÇÃO								
ÓRGÃO	2013		2014		2015		Acumulado até 31 Dez 15	
	P	R	P	R	P	R	P	R
CHOC	15	-	20	01	30	04	65	05
CAE	17	-	19	-	27	-	63	-
CHELOG	02	-	05	-	04	01	11	01
Gab EMCFA	06	-	09	-	19	-	34	-
TOTAL	40	-	53	01	80	05	173	06

P – pedido; R – recurso
 Não foram computadas as demandas do ano de 2012.

Cabe salientar que, no âmbito do EMCFA, o **Chefe do EMCFA** é a autoridade mediamente superior àquela que proferiu a decisão impugnada, considerada nos termos da Portaria Normativa nº 1.235/MD, de 11 de maio de 2012, e das respectivas Portarias que a alteraram, a quem será dirigida a interposição de Recurso em 1ª Instância, e que terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para proferir a solução acerca do recurso impetrado.

6.4 É possível também que a sociedade tenha acesso à Carta de Serviços ao Cidadão no link:

http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/defesa_carta_ao_cidadao.pdf

7. Desempenho financeiro e informações contábeis

O presente tópico não se aplica ao EMCFA, uma vez que não somos Unidade Executora

7. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PESSOAS

7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Conforme o Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, compete à Secretaria de Organização Institucional elaborar diretrizes gerais para aplicação de normas relativas à organização e gestão de pessoal, contudo, o Gabinete do EMCFA exerce um controle do pessoal militar servindo exclusivamente neste Estado-Maior Conjunto.

O Anexo III – Cargos em comissão e funções de confiança do EMCFA, demonstra a estrutura de pessoal aprovada (atualmente vigente) dessa Unidade.

7.2 Distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas

O EMCFA possui, basicamente: Oficiais Superiores da ativa, designados pelas respectivas Forças ocupando os cargos de Gerente, Assessor Militar e Coordenador (Grupo002 B); Capitães e Tenentes ocupando cargos de Assistente Técnico Militar (Grupo 0005E); Suboficiais/ Subtenentes e Sargentos ocupando cargo de Supervisor (nível V); e Cabos e Soldados ocupando cargo de Especialista (nível II). Outros cargos são ocupados por militares da reserva e civis. Os Militares prestadores de serviço por tempo certo (PTTC) não ocupam cargos neste Ministério. O efetivo é adequado. A gestão da demanda de pessoal a ser solicitada às Forças é coordenada entre o EMCFA e a SEORI. O EMCFA se ocupa com o Planejamento e a SEORI com a execução administrativa dos trâmites de pessoal entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

Atualmente o EMCFA conta com 485 colaboradores sendo:

343 Militares

73 Servidores Civis (DAS e Estatutários)

11 Terceirizados

22 Prestadores de Tarefa por Tempo Certo

36 Estagiários

7.3 Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.

A atividade-fim da unidade é desempenhada por integrantes das três Forças Singulares, cuja distribuição dar-se de forma equânime, isto é, de maneira proporcional entre as Forças, sendo dentre oficiais-generais e oficiais superiores o percentual de um terço do efetivo. Para os demais, é feita uma proporção relativa, conforme o efetivo. Assim, cada Chefia do EMCFA recebe seu efetivo de

maneira igualitária, dentro do processo de substituição, que é informado caso a caso, quando da saída de um integrante. Quanto aos servidores civis, são indicados para ocupar cargo de natureza comissionada, a partir da análise curricular e demonstrada capacidade técnico-profissional.

7.4 Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade.

No que concerne ao pessoal militar, são regidos pelo Estatuto dos Militares, cuja formação é nível superior para os oficiais gerais e superiores, nível médio para os demais. Periodicamente, são realizados cursos de extensão e/ou de especialização, visando capacitar a força de trabalho. Entre os civis, seguem-se os critérios estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja, cada servidor é alocado conforme sua formação e escolaridade.

7.5 Política de capacitação e treinamento do pessoal

À guisa de capacitar os servidores, quer seja civil quer seja militar, o Ministério da Defesa promove cursos de capacitação com a motivação de treinar os servidores periodicamente. Para tanto, faz parcerias com os diversos centros de formação técnico-profissional e inscreve seus integrantes, conforme seja demandado. Naturalmente, isso ocorre dentro da aptidão funcional e a necessidade do serviço.

7.6 Despesas associadas à manutenção do pessoal

O EMCFA não dispense de despesa para custear o pessoal, visto que esta atribuição é de competência da Secretaria de Organização Institucional. Merece destaque que quanto aos militares tal despesa refere-se apenas ao pagamento da gratificação.

7.7 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.

Como medida de coibir essa prática, o EMCFA ao indicar um servidor para ocupar um cargo, faz uma análise situacional sobre esses aspectos, por meio de interrogatório pessoal; prima por não alocar pessoas pertencentes à mesma família ou de mesmo parentesco.

O mesmo critério se aplica quando da indicação de empregado da empresa terceirizada, isto é, zela por não empregar pessoas que tenham ou possam ter qualquer parentesco com servidores civis ou militares ocupantes de cargos no Ministério da Defesa.

7.8 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

O bom uso de indicadores de gestão de pessoas é essencial para demonstrar os resultados dos investimentos em gestão de pessoas. A utilização destes índices possibilita identificar quantitativamente o efeito das políticas de recursos humanos, tais como: administração de cargos e salários, políticas de recrutamento e seleção e programas de treinamento e desenvolvimento. Assim, um indicador mede sempre as características de um processo. É importante destacar as qualidades esperadas de um bom indicador.

Isso posto, o EMCFA vem adotando políticas que mantêm servidores numa função por maior espaço de tempo. Prima-se por alocar em um cargo/função pessoas dotadas de capacidade técnica-profissional, mormente aquelas que se identificam mais com a atividade desenvolvida.

Nesse mister, procura valorizar seus servidores por meio de promoção e/ou por oferecimento de condecorações, valendo-se do critério da antiguidade e capacidade de trabalho.

Quanto à avaliação dos militares das Forças Armadas, cada Força possui seu regulamento específico, cuja avaliação é de fundamental importância para o prosseguimento na carreira. Assim, a Marinha do Brasil realiza o Teste de Aptidão Física anualmente; o Exército trimestral e a Aeronáutica bimestral. O Teste de Aptidão ao Tiro é realizado apenas no Exército e na Aeronáutica. Além desse método avaliativo, há uma avaliação conceitual, que é realizada periodicamente e para cada caso, seja para promoção, seja para missão relevante.

Os servidores civis efetivos são submetidos a uma avaliação anual dirigida pelo órgão cedente. Logo, o servidor faz sua própria avaliação, posteriormente é avaliado por sua chefia e pela equipe. Assim, é distribuído um montante de 100 (cem) pontos, sendo 20(vinte) ponto atribuídos à avaliação individual e 80 (oitenta) à meta institucionalizada. O somatório desse valor é acrescido em salário como vantagem pecuniária, obedecidas a aritmética de cada caso, considerando o cargo, nível, a classe, dentre outros aspectos.

Quanto aos servidores civis investidos em cargos comissionados, não há avaliação, em razão de sua natureza.

ANEXO III

ESTRUTURA-CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

ESTADO-MAIOR	1	Chefe	NE
CONJUNTO DAS	1	Assessor Especial Militar	Grupo 0001 (A)
FORÇAS ARMADAS	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	1	Assessor Especial	102.5
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
GABINETE	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Subchefe	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor	102.4
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	6	Supervisor	Nível V
	6	Especialista	Nível II
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Assessoria de Doutrina e Legislação Coordenação	1	Chefe	101.4
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
	6	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
Coordenação	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Especialista	Nível II

Assessoria de	1	Chefe	101.4
Planejamento, Orçamento e	1	Assessor Técnico	102.3
Gestão	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
CHEFIA DE	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
OPERAÇÕES	1	Vice - C h e f e	Grupo 0001 (A)
CONJUNTAS	1	Assessor	102.4
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	5	Supervisor	Nível V
	13	Especialista	Nível II
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
SUBCHEFIA DE COMANDO E	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
CONTROLE	5	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	13	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	14	Supervisor	Nível V
	8	Especialista	Nível II
	2	Supervisor	GR-IV
SUBCHEFIA DE	1	Subchefe	0001 (A)
INTELIGÊNCIA	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
OPERACIONAL	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	9	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	102.3

	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	11	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
SUBCHEFIA DE	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
OPERAÇÕES	9	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	9	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	8	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	7	Supervisor	GR-IV
SUBCHEFIA DE LOGÍSTICA	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
OPERACIONAL	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	13	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	6	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
CHEFIA DE	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
ASSUNTOS	1	Vice - C h e f e	Grupo 0001 (A)
ESTRATÉGICOS	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor	102.4
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
	4	Supervisor	Nível V
	8	Especialista	Nível II
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)

SUBCHEFIA DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA Coordenação	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	101.3
	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	6	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Assistente Técnico	102.1
	4	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	2	Especialista/Secretário	GR-II
SUBCHEFIA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA Coordenação	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	15	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	7	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS Coordenação	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	10	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	4	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
CHEFIA DE	1	Chefe	Grupo 0001 (A)

LOGÍSTICA	1	Vice - Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	101.4
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	4	Supervisor	Nível V
	9	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
SUBCHEFIA DE	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
INTEGRAÇÃO	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
LOGÍSTICA	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	8	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	4	Assistente	102.2
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
SUBCHEFIA DE	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
MOBILIZAÇÃO	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	6	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	6	Assistente	102.2
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II

SUBCHEFIA DE APOIO A	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
SISTEMAS DE CARTOGRAFIA, DE LOGÍSTICA E DE MOBILIZAÇÃO	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II

FONTE: DECRETO Nº 7.974, DE 1º DE ABRIL DE 2013